



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP

08 e 09 de maio de 2007

Ata - 6ª Reunião Ordinária

Às 14:30 do dia 08 de março de 2007, na sala D do Anexo I do Palácio do Itamaraty, em Brasília, Capital Federal, deu-se início à 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida pelo Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Rezende Azevedo, e secretariada por Roberta del Giudice, Assessora Jurídica do Serviço Florestal Brasileiro.

(Dia 08 de maio de 2007)

1. Abertura

1.1. O Presidente abriu a reunião saudando os presentes e informou qual seria a pauta dos dois dias de reunião.

1.2. O Presidente conclamou os presentes a se apresentarem e iniciou por ele mesmo.

2. Apresentação dos representantes

2.1. Em seguida, foram feitas as apresentações dos membros da CGFLOP e dos observadores presentes à reunião, conforme lista constante do Anexo 1.

3. Agenda dos trabalhos

3.1. O Presidente propôs a apreciação da ata da reunião anterior da CGFLOP. Colocou-se em votação a Ata da 5ª Reunião Ordinária da CGFLOP, que foi aprovada.

4. Apresentação das mudanças na estrutura do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA

4.1 Após solicitar uma inversão na ordem de apresentação entre o tema 1 e tema 2, o Presidente deu início ao tema de pauta 2, qual seja, a apresentação das mudanças na estrutura do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA e os reflexos na gestão de florestas públicas.

4.2 Tasso informou que os documentos (decretos e medida provisória) relativos à reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, suas secretarias e da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMCB) encontravam-se na pasta distribuída. Acrescentou que o processo de reforma teve suas principais motivações baseadas em mudança no cenário sobre os temas ambientais no Brasil e no mundo, o que leva a pensar em novos desafios para a gestão ambiental, dentre eles: (i) o debate sobre mudanças climáticas; (ii) o debate sobre biocombustíveis e bionergia, em geral e ; (iii) os aspectos de segurança energética e alimentar e de infra-estrutura.

4.3 Segundo Tasso, a partir da nova estrutura o IBAMA será responsável pelos processos de licenciamento e fiscalização, ao passo que o ICMCB será responsável pela gestão das Unidades de Conservação.

4.4 Informou ainda que, em relação ao Serviço Florestal a novidade é a incorporação de 2 centros especializados do IBAMA, o Laboratório de Produtos Florestais (LPF) e o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLOP).

4.5. Por fim foram esclarecidas algumas dúvidas sobre a articulação e funcionamento da nova estrutura.

5. Concurso da Identidade Visual do Serviço Florestal Brasileiro

5.1. A seguir, prosseguiu-se com a apresentação do resultado do Concurso de Identidade Visual do Serviço Florestal. O Assessor de Comunicação do Serviço Florestal, Luiz Motta, realizou uma apresentação breve sobre as etapas do concurso e informou que foram analisadas, pela Comissão Julgadora, mais de 500 peças enviadas por 231 concorrentes.

5.2. Luiz apresentou as 3 peças classificadas, entre elas a peça vencedora, elaborada pelo Sr. Atílio Cropolato Castanho, de Curitiba/PR, que estava presente à reunião e recebeu um certificado simbólico pelo 1º lugar no concurso. Ressaltou-se que a idéia e conceito da logomarca vencedora é a comunicação clara e direta de cuidado com a floresta que a mão segurando a folha transmite.

5.3. A próxima etapa é a adequação da logomarca vencedora de acordo com algumas solicitações de ajustes técnicos, realizadas pelo Serviço Florestal, de alteração de cor e fonte a ser realizada pelo vencedor, conforme já previsto no edital do concurso.

6. Regulamentação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas

6.1. Dando continuidade ao processo de regulamentação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, Tasso informou que a versão 2.0 da proposta de regulamentação, elaborada depois das discussões da 5ª reunião da CGFLOP, foi submetida à consulta pública pela Internet e recebeu alguns comentários. Portanto, a versão 3.0 da regulamentação, Anexo 2, apresentada na reunião já contemplava as sugestões recebidas. Tasso comentou rapidamente sobre o objetivo e escopo da resolução, estrutura e tópicos da regulamentação e os próximos passos para finalizar a resolução.

6.2. Tasso ressaltou que versão aprovada na reunião, seguirá ao Conselho Diretor do Serviço Florestal para discussão final e aprovação, para que possa ser publicada o mais rápido possível, uma vez que a identificação das florestas públicas que entrarão para no Plano Anual de Outorga Florestal, que será discutido na CGFLOP em julho.

6.3. Como metodologia de trabalho, foram recolhidas, no dia 08 de maio, as dúvidas, sugestões e observações a respeito do texto, para serem discutidas no dia seguinte. O Anexo 3, traz a tabela de todos os artigos que mereceram destaque na reunião .

(Dia 09 de maio de 2007)

8. Relação comunidade/empresa nas Reservas Extrativistas

8.1. A Comissão decidiu que, a exemplo da apresentação realizada posteriormente pelo INCRA, será aberto na reunião da CGFLOP um espaço dedicado à discussão da relação comunidade / empresa com relação ao manejo florestal comunitário. Como encaminhamento será convidada uma pessoa do projeto RESEX em Rondônia para fazer uma apresentação na próxima reunião.

9. Apresentação INCRA – Política de destinação de terras para comunidades na Amazônia

9.1. Em seguida, foi realizada pelos representantes do INCRA (Sr. Raimundo Lima e Sr. Pedro Aquino) a apresentação do INCRA sobre a política de destinação de terras para comunidades na Amazônia. Conforme solicitado na reunião, a apresentação, o detalhamento e transcrição da apresentação e esclarecimento de dúvidas sobre o processo encontram-se no Anexo 4.

10. Regulamentação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (continuação)

10.1. Conforme já previsto, deu-se continuidade à discussão da versão 3.0 da proposta de regulamentação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas com a discussão e esclarecimentos sobre os artigos que haviam merecido destaque no dia anterior. Dentre as questões levantadas, ficou como encaminhamento verificar se a responsabilidade de solicitação de averbação de terras públicas federais sobre as quais existam florestas deverá ser do Serviço Florestal ou da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

10.2. O texto aprovado na CGFLOP circulará entre os membros para última revisão antes de sua publicação.

11. Contribuição ao ITTO (International Tropical Timber Institute)

11.1. Tasso informou que o Governo Brasileiro pagou a contribuição no valor de R\$ 2.801.429,00 à ITTO, referente às parcelas atrasadas. Esse pagamento permitirá ao Brasil votar na sessão da ITTO que elegeu novo Diretor Executivo e qualificou o Brasil para aprovar projetos de financiamento na organização.

12. Regulamentação do processo de Licenciamento

12.1. Como último tema de pauta, foi realizada uma apresentação sobre o processo de Licenciamento, no mesmo modelo que foi feita a regulamentação do cadastro com tópicos relativos a objetivo, escopo, estrutura da regulamentação e próximos passos. Tasso informou que seria feito um início de debate na reunião, mas que a discussão final seria feita na próxima reunião.

12.2. Tasso enfatizou que o objetivo é normatizar o processo de Licenciamento Prévio para as concessões florestais. Segundo Tasso, a Lei de Gestão de Florestas Públicas define a necessidade do Licenciamento Prévio antes das licitações, além disso, o licenciamento é baseado num RAP e quando houver situações de significativo impacto ambiental se aplica o EIA (Estudo de Impacto Ambiental). Foi destacado que após o licenciamento prévio, não há necessidade de licença de instalação. A aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável corresponde à licença de operação.

12.3. Foram levantadas preocupações quanto a metodologia de riscos ambientais a ser utilizada, assim como questões de intensidade e ciclos de corte a depender do sistema silvicultural adotado. Tasso informou que o Serviço Florestal elaborará uma minuta de resolução do Licenciamento nas próximas semanas, já incorporando os pontos de preocupação, que será enviada a todos os representantes da Comissão.

13. Encerramento

13.1. O Presidente encerrou a reunião às 17:00h.

*

Encaminhamentos:

- I) Data para a próxima reunião: 26 e 27 de junho de 2007
- II) Publicação da regulamentação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas
- III) Esclarecimento sobre responsabilidade de averbação de terras públicas federais sobre as quais existam florestas públicas (Serviço Florestal ou da Secretaria de Patrimônio da União)
- IV) Disponibilizar no site do Serviço Florestal os artigos da Revista Exame e Globo
- V) Elaboração de Nota Técnica sobre cartografia

V) Proposta de pauta:

- a) Discussão da versão 1.0 da regulamentação do Licenciamento
- b) Apresentação “Relação comunidade/empresa nas Reservas Extrativistas”

Anexo 1 – Lista dos Presentes

Reunião do dia 08/05/2007 – 14h às 17h - Representantes

	Nome	Instituição
01	Avenilson Trindade	<u>Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA</u>
02	Diogenes Alves	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC/INPE
03	Eliani Maciel Lima	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
04	Glauber Pinheiro	Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF
05	Jorge Pinto	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS
06	Josias Miranda	<u>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA</u>
07	Marcelo Marquesini	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS
08	Marcus D'Oliveira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

	Nome	Instituição
09	Natascha Valente	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
10	Paulo Garcia	Ministério da Defesa – MD
11	Ricardo Melamed	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
12	Rubens Gomes	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS
13	Salomão Kiermes	Ministério da Defesa – MD
14	Sebastião Manchinery	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
15	Tasso Azevedo	Serviço Florestal Brasileiro – SFB
16	Vilmar Locatelli	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CUT/FBOMS

Reunião do dia 08/05/2007 - Observadores

	NOME	INSTITUIÇÃO
01	Atilio Castanho	Ganhador do prêmio de Identidade Visual do Serviço Florestal
02	Carolina Starr	Instituto Ambiental Brasil Sustentável
03	Fernando Castanheira	Fórum Nacional Atividades de Base Florestal
04	Flávio Guiera	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
05	Gustavo Machado	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
06	Julia Shimbo	Instituto Ambiental Brasil Sustentável
07	José Uirajara	Instituto Ambiental Brasil Sustentável
08	Luiz Carlos Joels	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
09	Luiz Motta	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
10	Natalino Silva	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
11	Pedro Aquino	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
12	Roberta del Giudice	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
13	Sergio Leitão	GreenPeace
14	Simone Dias	Ministério das Relações Exteriores - MRE
15	Thiago Longo Menezes	Serviço Florestal Brasileiro - SFB

	NOME	INSTITUIÇÃO
01	Atilio Castanho	Ganhador do prêmio de Identidade Visual do Serviço Florestal
16	Vanessa Severo Lins	Secretaria de Florestas

Reunião do dia 09/05/2007 – 09h às 17h - Representantes

	NOME	INSTITUIÇÃO
01	Avenilson Trindade	Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA
02	Diogenes Alves	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC/INPE
03	Eliani Maciel Lima	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
04	Glauber Pinheiro	Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF
05	Gustavo Lino	Ministério do Planejamento - MP
06	Jorge Pinto	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – GTA/FBOMS
07	Josias Miranda	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
08	Marcelo Marquesini	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS
09	Marcus D'Oliveira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
10	Natascha Valente	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
11	Paulo Garcia	Ministério da Defesa – MD
12	Raimundo Lima	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
13	Ricardo Melamed	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
14	Rubens Gomes	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – GTA/FBOMS
15	Rubens Garlipp	Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS
16	Sebastião Manchinery	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COI-AB
17	Tasso Azevedo	Serviço Florestal Brasileiro – SFB
18	Vilmar Locatelli	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS

	NOME	INSTITUIÇÃO
01	Fernando Castanheira	Fórum Nacional Atividades de Base Florestal
02	Flávio Guiera	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS/AM
03	Gustavo Machado	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
04	Julia Shimbo	Instituto Ambiental Brasil Sustentável
05	Luiz Carlos Joels	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
06	Natalino Silva	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
07	Pedro Aquino	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
08	Roberta Giudice	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
09	Sérgio Leitão	GreenPeace
10	Vanessa Lins	Secretaria de Florestas
11	Walter Filho	WS Florestal

Anexo 2
Versão 3.0 da minuta de regulamentação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas

Minuta de Resolução

Versão #3.0 – 07/05/2007

Regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e define as tipologias e classes de cobertura florestal, por bioma, para fins de identificação das florestas públicas federais.

O Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, inciso III, da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Cadastro Nacional de Florestas Públicas - CNFP, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural, é integrado:

I - pelo Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União - CFPU;

II - pelos cadastros de florestas públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CAPÍTULO II

DO CADASTRO-GERAL DE FLORESTAS PÚBLICAS DA UNIÃO

Art. 2º As florestas localizadas em terras sob domínio da União devem ser inscritas no CFPU.

§ 1º No caso das florestas públicas mencionadas nos §§ 3º e 4º do art. 2º do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, caberá ao órgão gestor da respectiva floresta solicitar o seu cadastramento.

§ 2º Para os fins de cadastramento pelo Serviço Florestal Brasileiro, o polígono de floresta pública poderá conter área sem floresta, desde que inferior à área com cobertura florestal, com o objetivo **principal** de recuperá-la e mantê-la com a cobertura florestal.

§ 3º Excepcionalmente, por decisão da entidade pública gestora do imóvel, poderão ser incluídas áreas desflorestadas **maiores que a área com cobertura florestal**.

Art. 3º O CFPU é composto por florestas públicas, localizadas em imóveis urbanos ou rurais matriculados ou em processo de arrecadação em nome da União, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista federais, inseridas em três estágios:

I – identificação, onde constarão polígonos georreferenciados de florestas plantadas ou naturais, localizadas em terras de domínio da união;

II – delimitação, quando os polígonos das florestas públicas federais serão averbados nas matrículas dos imóveis;

III – demarcação, quando os polígonos das florestas públicas federais serão materializados no campo e os dados georreferenciados serão inseridos no CFPU.

Art. 4º Encontrar-se-ão cadastradas **sumariamente** no CFPU, **independente de sua cobertura vegetal, do uso da terra** e da observação dos estágios de cadastramento, as florestas públicas a seguir:

I - áreas inseridas no Cadastro de Terras Indígenas;

II - unidades de conservação federais, com exceção das áreas privadas localizadas em categorias de unidades que não exijam a desapropriação.

Art. 5º A cada floresta pública inserida no CFPU será atribuído um código

Seção I

Do estágio de identificação

Art. 6º No estágio de identificação, será comunicada ao órgão competente a inclusão no CFPU das seguintes florestas:

I – Floresta Pública A (FPA), que indica que a floresta possui dominialidade pública e uma destinação específica;

II – Floresta Pública B (FPB), que indica que a floresta possui dominialidade pública, mas ainda não foi destinada à utilização pela sociedade, por usuários de serviços ou bens públicos ou por beneficiários diretos de atividades públicas;

III – Floresta Pública C (FPC), são as florestas com definição de propriedade e destinação não identificados pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Parágrafo único. A inclusão de FPC no CFPU será comunicada, por meio de ofício, ao Incra, à Secretaria do Patrimônio da União – SPU e aos órgãos de terra estaduais.

Art. 7º A identificação das florestas públicas da União dar-se-á com o georreferenciamento com precisão e projeção equivalente ou superior às cartas topográficas na escala 1:250.000, editoradas pelo Exército Brasileiro ou pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 8º A identificação das florestas públicas dar-se-á a partir dos dados sobre bens de domínio público e sobre as tipologias e classes de cobertura florestal.

Parágrafo único. As tipologias e classes de cobertura florestal encontram-se definidas no Anexo I e observam as caracterizações das tipologias e classes de cobertura florestal, definidas pelo IBGE.

Seção II

Do estágio de delimitação

Art. 9º Na fase de delimitação, a floresta pública da união terá seu perímetro averbado junto a matrícula do Registro de Imóveis.

§ 1º Para os fins do disposto no **caput**, o Serviço Florestal Brasileiro deverá identificar o número da matrícula no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2º Será encaminhado ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis o requerimento da averbação do polígono da floresta pública delimitada, por meio de ofício do Diretor-Geral, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 3º No CFPU constará o número da matrícula do Registro de Imóveis e os dados do respectivo Cartório de Registro de Imóveis, onde foi realizada a averbação da Floresta Pública Federal.

§ 4º O Serviço Florestal Brasileiro poderá requerer no cartório de registro de imóveis da respectiva circunscrição a abertura de matrícula própria para a floresta pública, em especial nas situações em que houver destinações distintas na mesma gleba.

Art. 10. O Serviço Florestal Brasileiro informará a conclusão do processo de averbação ao gestor do imóvel onde se localiza a Floresta Pública Federal.

Art. 11. No estágio de delimitação, a estruturação de dados geoespaciais vetoriais, referentes ao mapeamento das florestas públicas da União seguirão a Norma da Cartografia Nacional, de estruturação de dados geoespaciais vetoriais, referentes ao mapeamento terrestre básico que compõe a Mapoteca Nacional Digital, homologada pela Resolução da Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR nº 1, de 2 de agosto de 2006.

Art. 12. A delimitação geográfica e o memorial descritivo das florestas públicas da União deverão conter as seguintes informações:

I – a descrição do perímetro e as confrontações em sentido direito (sentido horário);

II – o azimute e a distância entre os vértices;

III – o Meridiano Central (MC) da região, tendo como referencial planimétrico o Datum SAD69 até a adoção oficial do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000).

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, todas as florestas públicas da União deverão ser georreferenciadas com precisão e projeção equivalente ou superior às cartas topográficas de maior escala editoradas pelo Exército Brasileiro ou pelo IBGE, de acordo com o Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984.

Seção III

Do estágio de demarcação

Art. 13. No estágio de demarcação, os polígonos das florestas públicas federais e as unidades de manejo serão materializados no campo e os dados georreferenciados serão inseridos no CFPU.

Art. 14. A demarcação de que trata o art. 14 será realizada em campo, com a implantação de marcos físicos, conforme norma técnica editada pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Parágrafo único. A demarcação das unidades de manejo pelo concessionário observará os limites de coordenadas da respectiva unidade de manejo e será submetida à aprovação do Serviço Florestal Brasileiro.

Seção IV

Da situação cadastral

Art. 15. São situações cadastrais das florestas públicas inscritas no CFPU:

- I** – ativa;
- II** – inativa.

§ 1º É considerada em situação cadastral ativa, a floresta com informações sobre a dominialidade pública e a cobertura florestal.

§ 2º É considerada em situação inativa, no CFPU, a inscrição da floresta pública:

- I** – em que houver o reconhecimento de direito de propriedade anterior a Lei nº 11.284, de 6 de março de 2006;
- II** – ocorrer a transferência ou reconhecimento de propriedade a outro ente da federação.

Seção V

Das alterações no CFPU

Art. 16. As inscrições e as alterações nos estágios e nas situações cadastrais das florestas públicas no CFPU serão ratificadas pelo Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro.

Art. 17. Será disponibilizada na Internet, de forma destacada, qualquer alteração no CFPU.

Art. 18. Os dados cadastrais de floresta pública da União inscrito no CFPU que forem considerados inconsistentes serão objeto de alteração.

CAPÍTULO III

DO CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS

Art. 19. O CNFP será alimentado pelos cadastros florestais da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal com as seguintes informações:

- I** - número de matrícula do imóvel e os dados do respectivo cartório de registro de imóveis;
- II** - Município e Estado de localização;
- III** - titular e gestor da floresta pública;
- IV** - polígono georreferenciado;
- V** - bioma, tipo e aspectos da cobertura florestal;
- VI** - referências de estudos associados à floresta pública, que envolvam recursos naturais renováveis e não-renováveis, relativos aos limites da respectiva floresta;
- VII** - uso e destinação comunitários;
- VIII** - atividades desenvolvidas, certificações, normas, atos e contratos administrativos e contratos cíveis incidentes nos limites da floresta pública; e
- IX** - recomendações de uso formuladas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do Estado.

Art. 20. Para a integração dos dados no CNFP, os órgãos responsáveis dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios indicarão no respectivo cadastro o estágio e a situação da floresta pública, em equivalência quanto à situação, prevista no art. 16 e nos seguintes incisos:

- I** - No estágio de identificação, as informações sobre a floresta pública indicarão:
 - 4. o código;
 - 5. os polígonos georreferenciados.
- II** - No estágio de delimitação, as informações sobre a floresta pública indicarão:
 - 5. o número da matrícula no Registro de Imóveis e os dados do respectivo Cartório;
 - 6. o ato que solicita a averbação do polígono junto a matrícula do Registro de Imóveis;
 - 7. o memorial descritivo.
- III** - No estágio de demarcação, as informações sobre a floresta pública indicarão:
 - 5. o polígono materializado em campo;
 - 6. os dados georreferenciados dos marcos resultante da materialização em campo.

Art. 21. O Serviço Florestal Brasileiro disponibilizará, sem ônus, aos entes da federação o sistema operacional e o padrão para troca eletrônica de informações do CFPU para a utilização e elaboração de cadastros próprios.

Art. 22. As informações disponibilizadas no CNFP serão compartilhados por meio de ferramentas que permitam a integração e interoperabilidade entre sistemas de informação.

Parágrafo único. A utilização do sistema operacional desenvolvido pelo Serviço Florestal Brasileiro, bem como o compartilhamento das informações por meio de ferramenta de interoperabilidade será formalizada pela assinatura de termo de cooperação entre o órgão competente do ente da federação e o Serviço Florestal Brasileiro.

CAPÍTULO IV

DA INTERLIGAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL

Art. 23. Com vistas ao intercâmbio de informações, o Serviço Florestal Brasileiro disponibilizará ao Incra em formato eletrônico as informações contidas no CNFP, de acordo com o art. 7º do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007.

Parágrafo único. Os padrões de interoperabilidade para troca de informações eletrônicas entre o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e o CNFP serão definidos

em ato conjunto entre o Serviço Florestal Brasileiro e o INCRA.

CAPÍTULO V

DA DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Para fins de publicação de dados o CNFP, poderá adotar Projeções Cartográficas compatíveis ao seu sistema de informação.

Art. 25. O Relatório Anual de Gestão do Serviço Florestal Brasileiro conterá um sumário com as informações sobre as florestas cadastradas no CFPU, a situação cadastral, nome, localização, área e matrícula no Registro de Imóveis.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
Tipologias e classes de cobertura florestal

Tipo de Vegetação	Formações	Biomas					
		Amazônia	Mata Atlântica	Cerrado	Caatinga	Pantanal	Pampa
Floresta Ombrófila Densa	Todas	X	X	X	X	-	-
Floresta Ombrófila Aberta		X	X	-	X	-	-
Floresta Ombrófila Mista		-	X	-	-	-	-
Floresta Estacional		X	X	X	X	X	X
Floresta Estacional Decidual		X	X	X	X	X	X
Campinarana	Florestada, Arborizada e Arbustiva	X	-	-	-	-	-
Savana	Florestada e Arborizada	X	X	X	X	X	-
Savana Estépica		X	X	X	X	X	X
Estepe	Arborizada	-	X	-	-	-	X
Vegetação com influência marinha	Arbórea e Arbustiva	X	X	X	X	-	X
Vegetação com influência fluvial e/ou lacustre		X	X	X	X	X	X
Vegetação com influência fluviomarinha	Arbórea	X	X	X	X	-	-
Refúgios Vegetacionais	Arbustivo	X	X	X	X	-	-
Contatos entre Tipos de Vegetação	Entre os anteriores	X	X	X	X	X	X
Vegetação Secundária	Estágios inicial, médio e avançado	X	X	X	X	X	X
Reflorestamentos	Gêneros identificados	X	X	X	X	X	X

**Artigos da minuta do decreto de regulamentação do Cadastro Nacional de Florestas
Públicas (versão 3.0) discutidos**

Artigo	Participantes da discussão
Art. 3º	Gustavo Lino (MPOG), Marcelo Marquesini (FBOMS)
Art. 4º	Gustavo Lino (MPOG)
Art. 6º	Gustavo Lino (MPOG)
Art. 7º	Gustavo Lino (MPOG), Gustavo Machado (SFB) e Diógenes Alves (SBPC)
Art. 9º	Eliane Maciel (INCRA), Gustavo Lino (MPOG), Glauber Pinheiro (SBEF)
Art. 10	Gustavo Lino (MPOG)
Art. 12	Marcelo Marquesini (FBOMS), Eliane Maciel (INCRA), Gustavo Lino (MPOG)
Art. 14	Eliane Maciel (INCRA), Gustavo Lino (MPOG), Vilmar Locatelli (FBOMS)
Art. 15	Eliane Maciel (INCRA), Gustavo Lino (MPOG), Vilmar Locatelli (FBOMS), Sebastião Alves (COIAB)
Art. 18	Gustavo Lino (MPOG)
Art. 19	Marcelo Marquesini (FBOMS), Paulo Garcia (MD), Vilmar Locatelli (FBOMS), Marcus Vinícius Oliveira (Embrapa)
Art. 20	Gustavo Lino (MPOG)
Art. 21	Flávio Guiera (SDS/AM), Rubens Gomes (FBOMS), Sebastião Alves (COIAB), Eliane Maciel (INCRA)
Art. 23	Marcelo Marquesini (FBOMS),
Art. 24	Gustavo Lino (MPOG)

Anexo 4

Reunião do dia 27/03/2007

[illegible]

propriedade, afim de atender o princípios de justiça social e o aumento da produtividade. Então aí estava bem colocada a questão econômica da reforma agrária, a questão da produtividade. Hoje se altera até porque toda a questão agrária na Amazônia está ancorada no PAS - Plano Amazônia Sustentável que estabeleceu as diretrizes para que todas as instituições operassem de acordo com essas diretrizes. Então hoje diz que é um conjunto de medidas que visa promover justiça social, a democratização do acesso a terra, distribuição da riqueza, da renda, do poder a partir do ordenamento fundiário. E aí é importante que algumas palavras aqui colocadas à gente não perca de vista, que é a questão do desenvolvimento da Amazônia, do desenvolvimento sustentável que pressupõe não apenas a questão ambiental, não apenas a questão econômica, mas também a questão social de inserção e distribuição de renda e distribuição de riqueza porque nós estamos falando de renda, estamos falando de riqueza porque a terra é um dos componentes de acumulação de riqueza. Agora para quem é a reforma agrária? Isso é importante que a gente conheça bem isso; para quem é a reforma agrária? Para gente depois entender porque a reforma agrária tem sido tão detonadas nos últimos dias; para os excluídos, aqueles que como diz a Ministra Marina Silva, são os sem educação, os sem-terra, os sem-emprego, os sem-cultura, os sem-saúde, é para esses que está colocado o programa de reforma agrária; trabalhadores rurais sem-terra, os posseiros e boa fé, as populações tradicionais, temos aí os ribeirinhos, os seringueiros, extrativistas em geral, é uma categoria aqui de populações tradicionais que por mais dificuldades que tenham têm menos dificuldades ainda do que os trabalhadores que estão aí sem-terra desempregados e excluídos de todas as políticas públicas. Pelo menos esses aqui têm terra e caçam, pescam e têm uma forma de sobrevivência. A própria Agenda 21 coloca a reforma agrária como um dos principais instrumentos do desenvolvimento sustentável. Então todos os instrumentos que nós temos, todas as concepções a reforma agrária se destaca como instrumento importante do desenvolvimento sustentável e é. A reforma agrária na Amazônia, diferentemente das regiões já reformadas e ocupadas e que passaram por um processo de ocupação, primeiro o processo de discriminação, depois o processo de destinação, depois o processo de desapropriação para redistribuição da terra, a Amazônia ela prevê uma ação forte e integrada de combate a grilagem, ocupação irregular de terras públicas, a concentração e a reconcentração de terras porque nós temos a concentração e já temos a reconcentração, inclusive, nos assentamentos antigos nas terras reformadas anteriormente e a exploração ilegal de madeira contribuindo para o ordenamento fundiários, a redução dos índices de desmatamento e da área desmatada e com certeza nós temos um dado aí que mostra que a Portaria 10 foi o principal instrumento de redução do desmatamento na Amazônia. Quais são os principais entraves para execução da reforma agrária no Brasil? Consequentemente na Amazônia. A legislação agrária. Nós não conseguimos avançar nesses quatro anos, nós não tivemos nenhuma mudança significativa na legislação agrária, à composição do Congresso Nacional não nos permite alterar a legislação agrária brasileira. Outro ponto, os índices de produtividade... Ainda falando da legislação agrária, nós só temos desapropriado terras pelo aspecto econômico da função social da terra, ou seja, a terra não é produtiva você vai lá e desapropria por muitas demandas judiciais, mas pelo descumprimento da função ambiental e da função trabalhista nós ainda não conseguimos, algumas ações aí no Supremo aguardando decisões e já encaminhamos alguns processos, como é o caso da cabeceira lá no Pará por descumprimento da função ambiental e trabalhista. Outro problema, os índices de produtividade. Nós já fizemos um estudo, já apresentamos e está na Casa Civil da Presidência da República já assinado pelo Ministro da Reforma Agrária, mas falta a assinatura do Ministro da Agricultura. Com esses índices, segundo o estudo recente da Confederação Nacional da Agricultura, 60% dos imóveis estariam incluídos no bloco dos imóveis improdutivos, só no aspecto econômico da função social da terra, então nós ampliamos em 60% a mais dos imóveis susceptível de desapropriação por descumprimento da função social. Outro grande problema é o avanço do agronegócio, a disputa pela terra, hoje não temos apenas a disputa pela terra, disputa pela terra e na Amazônia a disputa pela floresta e é importante que a gente entenda bem essa questão. Então o modelo agroexportador, a monocultura e agora com a agroenergia, a expansão da cana é um modelo re-concentrador, excludente e insustentável, inclusive, em alguns momentos até do ponto de vista econômico. Se fizermos um estudo mais aprofundado é fácil detectar isso. Na maioria dos casos é proveniente de lavagem de dinheiro, dos fartos incentivos fiscais, calote, grilagem e várias atividades ilegais, é assim que se forma na maioria dos casos o latifúndio na Amazônia, as grandes empresa e, inclusive, empresas madeireiras, é importante colocar isso. E o Judiciário, o Judiciário é um grande problema para execução da reforma agrária brasileira. Se nós fôssemos e, aliás, na minha opinião, já teríamos que ter feito isso, as decisões absurdas do Judiciário com relação a questão da reforma agrária, não só nas desapropriações como também na retomada de terras públicas, inclusive, determinando a continuidade de grileiros e ocupantes irregularidades em terras públicas e isso faz com que os recursos que temos que fazer no Judiciário amplie o prazo para que a gente tenha essas áreas para assentamento ou para qualquer outro tipo de destinação. Aliás, a gente poderia, inclusive, colocar a imprensa reacionária brasileira, mas... O Plano Amazônia Sustentável tem um item importante, que é o ordenamento territorial, ou melhor, o ordenamento fundiário que prevê o georreferenciamento e o cadastramento de imóveis rurais. Qual é o grande problema dessa ação? É encontrarmos técnicos que estejam habilitados e cadastrados para executar essa ação. Começamos com o Exército com a área de Infantaria, mas nem assim a gente consegue ter um número suficiente para atuar, principalmente, nos Estados do Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Amapá. Para resolver esse problema o IBGE no Brasil

tem 32 bases geodésicas, nós compramos mais 34 e estamos montando em várias Estados essas bases geodésicas para que possibilite agilidade nesse processo do georreferenciamento e também capacitando técnicos e fazendo convênios com universidades para que outros profissionais possam atender a Lei 10267, que é a Lei do georreferenciamento que permite não só apenas os engenheiros agrimensores e cartógrafos, mas também todos os tipos de engenheiros desde que façam a complementação pedagógica. Outra ação é a re-incorporação das terras griladas ao patrimônio da União. Essa foi uma ação que avançou bastante, apesar do Judiciário e nós temos uma Portaria de retomada de terras públicas que já ingressou com uma ação referente ao montando de dez milhões de hectares na Amazônia, nós estamos aguardando a decisão do Judiciário porque as terras ocupadas passam pelo processo jurídico de reintegração das posses. A retomada das terras irregularmente ocupadas e também a legitimação das posses, a regularização fundiária que a gente avançou, nós hoje pudemos regularizar até 500 hectares com a alteração da Lei de licitação do artigo dezessete. A criação de projetos de assentamentos em modalidades alternativas. Um instrumento que foi bastante importante no combate à grilagem de terras foi que, após o diagnóstico que nós fizemos, e aí tinha a questão das declarações de posse e isso ia lá para o IBAMA e o IBAMA aprovava plano de manejo, e autorizava desmatamento e era aquela confusão danada. Então nós baixamos a Portaria **Conjunta, Incra e MDA** nº. 10 em 2004, ela suspendeu a emissão de declarações de posse, todos os certificados de cadastros que são em **CCIR** acima de cem hectares. Então nós inibimos 30.556 cadastros na Amazônia, equivalente a uma área de 74 milhões de hectares, quer dizer, duas vezes maior que o Estado de Tocantins, daria 60 milhões de hectares e nós temos aí 74 mil hectares. E em qualquer análise sobre as medidas do Governo que causar impacto e que foram responsáveis pela redução do desmatamento na Amazônia essa foi a principal, muito embora ela tenha sido assinada pelo Incra e pelo MDA, mas ela foi concebida de forma conjunta com o IBAMA e o MMA. O resultado; suspensão, cancelamento dos planos de manejo incidente sobre terras públicas e regularmente ocupadas. Nós verificamos que a maioria dos planos de manejo na Amazônia estavam nessas condições, a redução das autorizações de desmatamento e conseqüentemente do próprio desmatamento. A destinação de terras, sem a gente falar nas demais legislações, nas normas e tal, está amparada Constituição Federal no art. 188, coloca aqui que a destinação de terras públicas é um conceito constitucional e devoluta será compatibilizada com apolítica agrícola e com o plano nacional de reforma agrária e cabe ao Incra destinar as terras públicas federais do Incra ou da União. A concentração de terra na Amazônia, na região amazônica foi maior do que a concentração de renda e isso não existe e em nenhum país do mundo, nenhum país do mundo a concentração de terra é maior do que a concentração de renda, só no Brasil. E nós estamos criando um metodologia para gente poder determinar o novo índice de **gine** com relação à concentração de terras porque as áreas que são incorporadas a reforma agrária ela só passam, e a Eliane acaba de criar um novo índice dentro do Incra que relaciona os imóveis incorporados a reforma agrária com o número de pequenas unidades familiares geradas. Então é um índice bastante representativo que vai influenciar na aferição do índice **Gini**. Então nós só temos esses imóveis fracionados quando a gente titula os assentamentos que às vezes passa 20 ou 30 anos e nós estamos criando uma nova metodologia. Nós temos aí a distribuição de renda que é 0,53 e a contração de terra 0,71. A desigualdade no acesso a terra e maior do que a desigualdades na distribuição de renda, prova esses dois índices que nós queremos após o senso e estamos criando essa metodologia. Bem, a própria Lei de Gestão de Florestas Pública no seu art. 6º coloca que antes da realização das concessões florestais as florestas públicas ocupadas e utilizadas por comunidades locais serão identificadas para destinação pelos órgãos competentes por meio de criação de reservas extrativistas e reserva de desenvolvimento sustentável observando os requisitos previsto na Lei tal. Concessão de uso por meio de projetos de assentamento florestal, de desenvolvimento sustentável, agroextrativistas ou outros similares nos termos do Art. 189 da Constituição e das diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária e outras formas previstas a na Lei. Temos aqui as modalidades de assentamento, a criação do assentamento tradicional o próprio Plano Amazônia Sustentável não nos permite criar esse tipo de assentamento, ele tem as bases à agricultura e pecuária e implica em desmatamento mesmo, depois nós temos os agroextrativistas para atender as populações tradicionais extrativistas, os projetos de desenvolvimento sustentável também para populações tradicionais ou não. Aí depende do grau de comprometimento com o uso ecológico dos recursos naturais e o projeto de assentamento florestal criado recentemente com a participação também do IBAMA e do MMA e que foi pouco utilizado após a sua criação que prevê atividade produtiva é o manejo florestal de uso múltiplo, destina-se ainda a recuperação florestal de áreas já convertidas para outros usos. Na minha opinião, é o mais adequado para a Amazônia. Assentamentos X unidades de conservação, nós fazemos aqui um paralelo entre as modalidades de assentamentos e as unidades de conservação e a gente afirma que existe uma relação, para cada assentamento diferenciado do Incra existe uma unidade de conservação de uso sustentável bastante semelhante, inclusive quanto à presença de comunidades e ao uso dos recursos naturais e a gente coloca que a Resex ela guarda pertinência, por exemplo, com o PAE. A Flona com o PAF. E a RDS com os PDS. Se formos verificar essa afirmativa com certeza é verdadeira. Reconhecimento das unidades de conservação como beneficiário da política de reforma agrária e aqui destacamos a importância da política de reforma agrária na Amazônia. Ela é tão importante e tão importante são os créditos seus créditos, o processo de inclusão e de cidadania que o próprio Ministério do Meio Ambiente e o

IBAMA reconhece quando solicitou do Incra o reconhecimento dessas áreas dessas populações como clientes da reforma agrária para que eles pudessem acessar os créditos e os financiamentos. Se nós temos problemas nos assentamentos de igual magnitude também nós estamos também nessas unidades com certeza. Então os assentamentos no Distrito Florestal que é tema que nós vamos tratar aqui hoje. Se nós formos verificar o plano Amazônia sustentável e o próprio plano de ação 2006/2007 elaborado pelo GT Interministerial instituído pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006 que cria o próprio Distrito Florestal na BR 163, prazo para definição das áreas e criação de assentamento sustentável no eixo da BR 163 e BR 230 vai até o segundo semestre de 2007, lá no plano e não tem nenhum problema nós estamos criando, aliás é prerrogativa nossa constitucional de criarmos e implantarmos assentamentos em qualquer parte do território brasileiro, principalmente no aspecto da destinação das terras públicas federais, das terras da União. O que temos que fazer sim é termos todo o cuidado e toda a responsabilidade com a questão ambiental. E o Incra, com certeza tem demonstrado isso, não só com a questão ambiental, também com a questão indígena. É só verificar a parceria que nós fizemos com a FUNAI nos últimos quatro anos, não só na desinclusão da terra indígena Raposa Serra do Sol como também na transferência de recursos para que a FUNAI pudesse desapropriar a área, como foi o caso do Tocantins, dos Krahô-Canelas desaldeados, que nós transferimos dez milhões e a FUNAI adquiriu a terra e colocou os índios. A maioria dos assentamentos recém-criados na Amazônia são originários de terras públicas, na maioria dos casos, griladas e algumas até com desmatamentos, foram revestidas ao patrimônio público. No início de Governo, quem lembra aqui, eu e o Paulo, que nós andamos aí por alguns Estados, qualquer lugar que você apontava no mapa parecia sempre um dono de não tem nenhum sinal de posse. E o que nos angustiava é que essas disputas no Judiciário, elas, às vezes, frutificavam para o lado do grileiro, do ocupante ou daquele que simplesmente se dizia dono. Antes da criação do distrito, nós tínhamos apenas catorze projetos de assentamentos. Em todas as discussões com relação ao plano BR 163, nós já colocávamos que identificaríamos as áreas, as terras públicas, combateríamos a grilagem e destinaríamos para Unidade de Conservação e assentamento sustentável. Então, sem nenhum problema. Então, nós tínhamos catorze numa área de 582 mil hectares, com 9.354 famílias. Após a criação do distrito, foram criados 35 numa área de 849 mil hectares para 9.819 famílias. A criação do projeto de assentamento: antes da criação é feito... Nós vamos agora fazer uma rápida colocação aqui sobre a criação de projetos de assentamentos: antes da criação é feita vistoria para identificação das comunidades locais, verificação da viabilidade das terras para fins de assentamento. Não faríamos nunca na Serra do Cachimbo, com certeza, porque as terras não são apropriadas para assentamento. Sua localização é feita a partir de coordenadas arbitrárias constantes da documentação de arrecadação, das matrículas das áreas feitas em Cartório, podendo ocorrer que na demarcação do projeto pode ocorrer, e nós já verificamos em alguns casos, também o IBAMA, em unidades de conservação, sobreposição; sem nenhum problema, isso é normal. Como não foi normal, por exemplo, o fato de área que o INCRA desapropriou e não estava no patrimônio da União, estava no patrimônio do Incra, que foi o parque da Itaituba, não foi criada numa terra da União, foi criada numa terra do Incra. E nesses quatro nós já transferimos terras para o Ibama do Incra, não da União, para pudessem resolver problemas de Unidades de Conservação. Nós não temos nenhum problema com relação a essas questões. A partir das constatações, quando se verifica essa questão aí, é se toma as providências e se faz os ajustes necessários e as retificações nas Portarias que, aliás, quem leu o Diário Oficial, hoje tem cinco Portarias retificando essa questão do perímetro. Agora a demarcação topográfica ou georeferenciamento se dá em fase posterior e tem que ser em fase posterior, não pode ser diferente, pois sua espacialização deve ser orientada pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento. É o Plano de Desenvolvimento que vai dizer qual é o tipo de demarcação que vai ser feita: demarcação de perímetro, e se é demarcação de parcelas, se são áreas comunitárias e tal. É só a partir da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Aí vem a questão do licenciamento ambiental: a Resolução do CONAMA 387/2006, trouxe alterações para agilizar o processo de licenciamento - Dispensa o Licenciamento Prévio dos assentamentos criados em áreas ocupadas por populações tradicionais, sendo exigida somente a Licença de Instalação e Operação, a nossa conhecida LIO. Prevê a solicitação da LIO embasada no projeto básico, está no anexo III, ou no PDA. E o certo é você criar mesmo o assentamento, elaborar o PDA, implementar as medidas iniciais para poder - esse é o ideal - chegar lá e colocar as famílias lá dentro. E é muito difícil para um público excluído, como nós colocamos lá, nós queremos que em seis meses essa coisa esteja extremamente viabilizada. E, às vezes, até confundindo as funções de verificar, de combater desmatamento; não é do Incra. Isso é uma função do IBAMA, não é nossa. E nem nós nunca vamos criar um assentamento para dizer: "Vai lá, desmata, faz acordo com esses grileiros aí, com esses madeireiros", de forma nenhuma, aliás, nós estamos fazendo um estudo, em breve vamos publicar um estudo comprovando que a moratória do desmatamento, ela não causa nenhum prejuízo para a produção nacional, nenhum prejuízo; nós podemos parar com o desmatamento no País, e nós não teremos nenhum problema com relação à produção de grãos, à produção de cana e de nenhuma outra cultura. Nós temos já espaços suficientes e estamos provando isso num estudo que estamos fazendo e que vamos publicar recentemente. Portanto, o ato de solicitação da LIO o INCRA apresentará ao órgão estadual de ambiente a real situação ambiental dos assentamentos. Nós temos dois momentos: quando você vai desapropriar um imóvel, essa é outra coisa que as pessoas confundem bastante, nós utilizamos... Ele tem que estar georeferenciado porque vai haver uma

transferência em cartório do cidadão para o INCRA; ele tem que estar com a Reserva Legal averbada; ele tem que estar com a sua Reserva Legal lá em campo e as Áreas de Preservação Permanente, sob pena de nós detectarmos no processo e colocarmos no processo o passivo ambiental e descontarmos do custo da reposição no processo de pagamento da desapropriação. Agora, é importante colocar que fora do oeste do Paraná, dos assentamentos, na sua maioria, são criados a partir de áreas desapropriadas ou compradas. E se nós fôssemos aqui apresentar os últimos cem processos de desapropriação no Pará nós íamos verificar que nenhuma uma área tem menos de 50%, aliás, nós temos o caso de Curionópolis, 2% apenas de cobertura florestal, onde vários imóveis foram adquiridos. Ao se incorporar esses imóveis ao programa de reforma agrária, nós não poderemos afirmar, sob pena de estarmos sendo levianos, que é o assentamento que cria o desmatamento. Pelo contrário, esse recurso que nós colocamos no Estado do Amazônia e agora estamos discutindo com o Governo do Estado do Pará e também vamos colocar recursos no órgão de meio ambiente também nas universidades para que nós possamos... E até já estamos discutindo isso também com a Embrapa para que nós possamos fazer a recomposição das áreas de preservação permanente e também da reserva legal desses assentamentos. E não é simples, como eu disse anteriormente pela característica do próprio público que nós trabalhamos. Sobre o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, instrumento do Incra, obrigatório para a implantação dos assentamentos. No que pese a meta muito grande estabelecida pelo Governo, de 400 mil famílias no primeiro Governo, apesar de que os movimentos sociais queriam um milhão de famílias; com 400 mil, nós tivemos muita dificuldade, aliás, nem chegamos... Chegamos a 380 e alguma coisa. Ele reúne elementos dos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais destacando-se a contextualização socioeconômica e ambiental da área, o diagnóstico do meio físico, socioeconômico e cultural e o plano de ação para o desenvolvimento do assentamento. Nós estamos agora, além da contratação que já fizemos das novas contratações que vamos fazer de técnicos especializados, aí não foram só engenheiros florestais, foram cartógrafos, agrimensores, engenheiros agrônomos e geográficos. Vamos, além disso, encomendar estudos que nos provejam a viabilidade econômica do manejo comunitário para que possamos abrir uma linha de crédito específica para que os nossos assentados possam agregar valores a esses produtos e não possam ficar a mercê das empresas e das indústrias. Isso nós vamos travar um briga ferrenha, porque as experiências que nós temos, e não vamos aqui citar nomes, poderíamos citar, das ofertas com relação... “Essa é a melhor... É a empresa que melhor explora madeira no Brasil, é a que melhor certifica”, mas vai ver o que ela ofereceu o que ela ofereceu para o assentado. É uma vergonha. Vai ser novamente um processo de escravidão, de exploração dessas pessoas que já entram sem nada, que ficam ali meses recebendo crédito e cesta básica para poder se manter, e muitas pessoas e, inclusive dentro do Governo e fora do Governo e organizações que deveriam estar ajudando e propondo soluções estão nos jornais dizendo: “Não, esses são espaços que não dão em nada. A reforma agrária é inviável, gera desmatamento, não gera produção” e, no entanto, nós não levamos em conta qual o tempo que nós vamos ter produtos desses manejos, quer dizer, eu, às vezes, chego a pensar: “Poxa, nós estamos malucos”, porque nós sempre defendemos estes princípios: a redistribuição da terra, a inclusão social, e agora nós estamos defendendo quem, qual é o público nós estamos defendendo, são esses excluídos? Essa é uma pergunta para ser respondida. Como é que essas grandes empresas e essas grandes indústrias, como é que formaram esse seu patrimônio? Então, são essas indagações que nós temos que refletir. Então, define ainda a organização espacial do assentamento, do projeto de exploração, de conservação e de recuperação ambiental dos assentamentos. E por isso que nós estamos colocando recursos e vamos criar um crédito específico para atender esse público, principalmente no que diz respeito à recuperação das áreas de preservação permanente e da reserva legal, e, além disso, podemos através dos sistemas agroflorestais recompor um número bem superior que a reserva legal. Ações ambientais prioritárias em assentamentos. O licenciamento ambiental de assentamento. E as pessoas... Outra coisa boba: “Os assentamentos não estão licenciados”. E que problema, gente? Nós pedimos o licenciamento. Nós podemos mandar para todos ou poderíamos estar na imprensa, que não nos interessa, dizendo: “Está aqui, nós já pedimos licenciamento de todos esses assentamentos”. Agora, por que motivo não foi dado... Nós chegamos ao Estado: “Não, nós não temos carro para ir lá ao assentamento, nós não temos gente”, entendeu? Nós tivemos casos com o nosso próprio Ibama: “Nós estamos com o telefone cortado aqui, já zerou o nosso orçamento, nós já temos mais nem condições, o carro está quebrado”, todas essas questões. Como nós também temos as nossas dificuldades. A recuperação das áreas ambientais protegidas e/ou áreas degradadas combinando atividades agrícolas e agroflorestais. Manejo florestal madeireiro não madeireiro da reserva legal ou da vegetação nativa existente nos assentamentos. É uma coisa nova de uma cultura secular. O processo de ocupação, o processo de exploração da Amazônia, nós conhecemos bem, ele é bastante antigo. Mudar essa cultura não é num passe de mágica não, não é simples. Nós criamos também o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental. Nós temos solicitado das nossas prestadoras a inclusão de profissionais mais qualificados para assistência ambiental, mas esse é um programa que geralmente nós contratamos com os movimentos sociais: com MCT, com MLCT, com pessoal das federações dos trabalhadores porque a eles cabem indicar as prestadoras. E temos problemas? Temos. Nem sempre os profissionais são tão qualificados como gostaríamos que fossem, nem sempre as prestações de contas são corretas como a lei determina, e aí por isso quase todos os superintendentes e

diretores da área respondem questionamentos dos órgãos de controle que, aliás, nós poderíamos ter colocado ali como mais um dos entraves da reforma agrária, que são os órgãos de controle. Com certeza, é onde a Direita reacionária está ancorada hoje todos os seus tentáculos para prejudicar o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Então, a assessoria técnica social e ambiental, as famílias assentadas nos projetos de reforma agrária e projetos de assentamentos reconhecidos pelo Incra, tornando as unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção voltada para o mercado e integrada à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional de forma ambientalmente sustentável. Só para vocês terem uma idéia, só no caso do Estado do Pará, somando as três superintendências, só de crédito e infra-estrutura, e é pouco por quê? Porque nós herdamos um passivo grande, principalmente no Pará; herdamos um passivo grande. Nós tivemos que criar um programa para recuperar os assentamentos antigos, e um programa para ancorar os novos, mas só no Pará, entre crédito e infra-estrutura, foram 800 milhões de reais nesses quatro anos, 800 milhões de reais, sem computar os recursos para assistência técnica, para compra de imóveis; só nestas duas ações: crédito/installação e infra-estrutura, 800 milhões de reais. Aí o cara chega ao assentamento: “Não, ainda falta um extrato”. Claro, o nosso orçamento saiu, de 2003, de 900 milhões para quase 4 bilhões, em 2006. E sem contar com os financiamentos que são colocados aí dentro, e mesmo assim ainda não são recursos suficientes para que nós possamos... Agora o Presidente Lula está dizendo: “Vamos qualificar os assentamentos, vamos resolver o problema do passivo. Quanto é que vocês precisam além do orçamento?” “Presidente, 2 milhões só para resolver problema da infra-estrutura”. Então, nós criamos também o crédito investimento nos projetos de assentamentos: nós temos o Crédito Instalação, que são 2.400 por família – isso foi fomento; habitação, 5 mil; e está entrando mais 6 mil reais da Caixa Econômica; 11 mil é para construção da casa. Aqui também aumento duas vezes isso. O PDA, 200 reais por família; topografia, 400 reais por família; assistência técnica, 400 reais por família; a infra-estrutura básica é um coeficiente que varia em torno de 5.500 reais também por família; e recuperação das áreas degradadas, mil reais por família, que isso vai tudo junto com o PDA, fora aqueles milhões que eu coloquei que nós temos na atividade de manejo florestal. Então, o custo aí por família, sem levar em consideração mais 6 mil da Caixa Econômica, que já daria 20, e preço da terra, um assentado custaria por volta de 20 mil reais sem o preço da terra. Nós temos o PRONAF A. A estruturação, implementação, ampliação e modernização de infra-estrutura de produção e serviços na parcela ou em áreas comunitárias, 16.500 mil por família, mais 1.500 para assistência técnica. Até 35% do total do crédito para custeio das atividades associadas aos investimentos. O juro é 1.15% ao ano e bônus até 40% do principal. Pagamento em até dez anos, com cinco anos de carência. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PEDRO AQUINO (INCRA) – Eu queria só fazer alguns comentários especificamente na área de Santarém, ali da área em frente à BR 163: quando nós assumimos o Governo, nós encontramos uma situação meio explicada lá, 90 e tantos por cento das terras sem regularização. E a grande maioria grilada e num processo de expulsão das famílias de agricultores e familiares muito grande. Se você pegar ali em torno de Belterra, Santarém, quando você vai... Até quem vai via área, chegando a Santarém, observa isso. E as áreas de floresta todas griladas, e em alguns casos com andares: três, quatro andares de protocolos em cima dessas áreas e, às vezes, vigiadas com armas. As várzeas, um sistema semi-feudal, onde, às vezes, quem conhece lá a região, cem famílias num quarto da ilha e o restante dos três quartos é de um coronel de barranco local. Então, nós deparamos com essa situação, e o Incra vinha trabalhando numa metodologia de descobrir quem era o dono da área, provar quem era o cara, que não era dele, e não sei o quê? Ver se tinha documento bom para destinar área; vinha trabalhando com essa metodologia. Tem áreas lá que estavam com 25 anos, a comunidade tradicional, ocupação centenária de populações tradicionais e o Incra não podia destinar porque não sabia se o título prestava ou não. Nós pegamos e demos uma investida na lógica: destinamos a área e quem quiser que prove que é dono. Nós demos uma investida na área: largamos a portaria, destinamos para assentamento das mais variadas modalidades, de acordo com a realidade local, e estamos travando um monte de briga judicial hoje, as pessoas tentando provar lá que são donas, que não sei o quê, daí por diante; nós invertemos a ordem da coisa: em vez de o Incra estar trabalhando como advogado de particulares, nós demos uma investida; os particulares que se vivem para pagar advogados, correr atrás dos seus direitos. E também não cabe a mim discutir e nem cabe ao Incra direito de quem quer que seja. Nós não temos essa função. A nossa função é fazer o ordenamento do território. Então, nessa brincadeira aqui nós já temos doze milhões de hectares de terras destinadas. Todas as portarias de assentamentos estão escrito em baixo: “Poderá haver readequação em razão da realidade de campo ou de direitos de terceiros”. Então, nós temos uma investida. Um exemplo claro disso é área de Juriti Velho, onde hoje, no município de Juriti, na extremidade com a Amazônia, onde nós encontramos, há 25 anos... Tinha um processo no Incra que tinha dois palmos de altura de encheção de lingüiça, que rodava dentro do Incra nesse processo e a comunidade, uma vida inteira lá, sem conseguir regularizar, porque tinha um título dado por um juiz, o juiz da comarca de Parintins, numa ação de reconhecimento de marcos, pegou um registro de 920 hectares num cartório de Manaus e transformou em 300 mil hectares, sendo 78 mil no Estado do Amazonas e 220 mil no Estado do Pará, no município de Juriti, e mandou registrar isso no cartório de Óbidos. Então, o Incra veio a vida inteira tentando provar que aquilo não prestava ou coisa parecida, e há 25 anos rolava o processo. Nós conseguimos inverter, criamos o assentamento, agora o cara

se vire, se ele tiver direito, se ele provar que ele tem direito, um dia nós pagamos ele, se ele tiver direito. Então, nós estamos trabalhando... Fizemos... E tem muita coisa que foi feita e que precisa ter conserto, precisa ter reparo, precisa ter ajuste, mas nós tínhamos que fazer dessa forma, e rápido, algumas coisas, alguns processos precisam de ajuste, mas tinha que ser feito rápido para não dar tempo para grilagem, para o crime organizado se recompor. Pegamo-los todos de surpresa e ainda meio ressabiados do assassinato da Dorothy, que foi um elemento muito importante, infelizmente temos que dizer isso, para nós lá porque com o assassinato da Dorothy nós viramos centro do mundo e tudo que aconteceu lá nos ajudou bastante. Eu acho que alguns de nós estamos vivos ainda por conta disso. Então, tem um bocado de coisa que precisa ser ajustado, mas nós fizemos e conscientes do que nós fizemos; fizemos para pagar a grilagem de surpresa, e todos esses doze milhões de hectares nós tiramos do mercado. Então, onde o agronegócio estava avançando em cima das áreas já ocupadas pela agricultura familiar com compra ou com pressão ou outras formas conhecidas já, não vale a pena comentar aqui, nós cercamos essas comunidades tradicionais com portarias de destinação da área para reforma agrária. As áreas de florestas, nós destinamos para PDS; e as áreas de várzeas, nós todos criamos projetos de assentamos agroextrativistas e agora estamos recebendo as consequências disso. Pela primeira vez começa a reaparecer as ameaças contra a vida e difamação. Na imprensa, hoje, nós estamos apanhando... Pela para 30, nós estamos pegando sozinho, mas eu acho que é o que tinha que ser feito, e aí precisamos agora implementar. Eu acho que nós estamos no limiar de uma grande besteira ou de um grande acerto. Se nós não conseguirmos implementar as política que estão lá propostas para os projetos de assentamentos e para as áreas que nós destinamos, vai ser uma grande besteira, mas se nós conseguirmos implementar, vai ser um grande acerto na questão do ordenamento territorial. Então, eu acho que precisa ter uma política... Uma das coisas que eu me ressinto muito no Governo é que quando fala de reforma agrária todo mundo vira todos os dedos para cima do Incra, embora não tendo o Incra capacidade de resolver tudo; têm questões que nem sequer estão dentro das competências do Incra e nem próximas, mas tudo quanto é da reforma agrária cobram do Incra e, às vezes, são muito mais rígidos com o Incra do que com os particulares. Então, eu acho que precisa de política de Governo, não política do Incra para nós resolvermos a situação na região.

O SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO (MMA) - Eu estou pendurando o mapa da região da BR 163, porque nós estamos falando dela. Ali tem os assentamentos, tem os contrastes de transição todos. Só para ficar ali referência enquanto nós estamos conversando. Está aberta a palavra. Rubens.

O SR. RUBENS GOMES (FBOMS) - Raimundinho, primeiro eu fui um dos - Pela representação que eu faço aqui do Fórum - motivadores que chamou esse momento, mas chamar esse momento com o intuito de fazer com que haja uma ação mais integrada de Governo. Eu acho que a sociedade precisa conseguir olhar o Governo como um todo e que faça ações integradas, que possibilite atender os objetivos, em especial, no caso do Incra, que é de criar a inclusão social no campo, na floresta. Então, primeira coisa: eu quero deixar bem claro que nós somos parceiros, nós somos parceiros em todos os sentidos, primeiro porque destinar e garantir as terras das nossas comunidades é o nosso dever como cidadão, como militante, passamos a vida lutando nesse sentido. Então, nós somos parceiros nesse sentido, e eu quero parabenizar a apresentação do Raimundinho, a sua explanação, eu sei da sua luta lá, eu sei o quanto é difícil, no entanto, quando nós solicitamos aqui na Comissão foi por que todo o esforço que nós vemos lutando enquanto movimento, enquanto Governo, fragmentos do Governo, enquanto sociedade civil organizada pode ir por água abaixo se nós não recebermos uma ação integrada da implementação da política de gestão de florestas de ocupação de terras; são coisas que não dá para trabalhar separadamente. Então, é nesse sentido que nós fizemos a provocação. E a provocação vem exatamente para que nós possamos respeitar, dentro da estrutura governamental, as devidas atribuições que cada instituto tem, cada organismo tem, mas ao mesmo tempo chamar atenção que se continuarmos com ações isoladas que muitas das vezes são estratégicas, porque nós somos a favor ao combate da grilagem, nós somos a favor que o Estado faça a arrecadação do patrimônio público, que é da sociedade, e destine de uma forma coerente de uso. Eu acho que nós temos que acabar com a anarquia, com a essa bagunça que vem passando séculos e séculos. O Incra tem um papel superimportante nesse processo. Por autonomia, por questões que eu acho que foi uma sacada muito interessante nos períodos anteriores, foi de criar as autônomoias para as superintendências, que possibilita uma canetada sua desenrolar um processo. Mas, enquanto sociedade também, enquanto movimento social me poupa quando as ações começam a ser desenroladas e não há uma estratégia interna de movimento social de Governo e de sociedade civil que possa estar fortalecendo, inclusive o objetivo final, que é a destinação adequada e garantir que o ambiente que nós estamos mexendo, ele seja benéfico para a sociedade. OGTA defende o desenvolvimento com floresta em pé. Esse é um dos pontos que nós herdamos desde o período do Chico, quando criou a união dos povos da floresta, que originou aí o Conselho Nacional de Seringueiros, que originou aí o próprio GTA. Então, nessa perspectiva, nós queremos que as nossas comunidades tenham acesso aos seus recursos naturais, sejam donas desses recursos e ao mesmo tempo elas tenham condições de ir e vir no que é seu. Mas, também nós não podemos, e aí eu respondo uma pergunta ao Raimundinho, criar um sistema isolado de desenvolvimento de geração de riqueza na Amazônia, nós não temos como fazer isso. Então, nós temos que apoiar sim as empresas que trabalham corretamente. A quem, Raimundinho, nós defendemos? Nós defendemos exatamente esse grupo

de excluídos. Nós defendemos os trabalhadores, nós defendemos o bom empresário e nós defendemos os atos que sejam legais. Essa é a defesa que o Movimento Social faz. Então, quando nós percebemos que havia uma dessintonia no trabalho desta Comissão, no trabalho do Conaflor, nas ações práticas do dia-a-dia do instituto, nós tínhamos que chamar um momento para que nós pudéssemos contribuir para que nós tenhamos menos chances de erro. Nós tivemos uma reunião, em Belém, no final do ano passado, eu acho que foi um marco, porque eu milito há muitos anos, e não tive o conhecimento de outro momento desses. Sentaram Incra, Ministério do Meio Ambiente, Ministério Público, Movimentos Sociais, setor produtivo responsável e nós começamos a criar um foco, um bloco de pessoas com os mesmos objetivos, buscando resolver exatamente essas mazelas que estão aí. Com relação às empresas que tiveram o Plano de Manejo aprovado e que não têm garantias da dominialidade dessas terras, o que eu posso dizer a vocês é que na criação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, nós fomos determinadamente defensores da retirada imediata das empresas das áreas. E pelo grupo de discussão é no sentido de não permitir, sob hipótese alguma, que nós tivéssemos qualquer ligação ou qualquer... Tivéssemos reforçando um processo de grilagem. Então, para tirar qualquer... Nós éramos terminantemente contra o período de transição que passou na Lei e nós fomos vencidos nesse processo. E eu acredito ainda hoje que ainda bem que fomos vencidos nesse processo porque nós não criamos o caos e dá a possibilidade do setor se adequar de acordo com a nova legislação e sair os acordos e contratos temporários que estão saindo aí e que a transição que não cria o esgotamento total do setor. Ora, nós sabemos tudo que esse setor é responsável por uma quantidade infinita de violência e de morte no campo e nós precisamos combater isso, combater é propiciar ambientes adequados socialmente, economicamente e ambientalmente possibilitando a geração de riqueza daquelas empresas que estão investindo de forma correta, então nesse preceito nós estamos hoje dizendo que precisamos defender, tem três mil empregos, tem não sei quantos, nós estamos participamos, parece, que 4% do PIB. Agora, queremos criar um processo de inclusão social para que as comunidades possam fazer suas negociações com seus recursos e nesse caso, Raimundo, eu sei que vamos ter muito trabalho e a conversa que vai ter na próxima reunião é exatamente sobre as questões que estão acontecendo em Rondônia porque nós precisamos tomar conhecimento disso para buscar coletivamente uma solução para o problema porque ela vai acontecer em todas as regiões da Amazônia e isso não tem a menor dúvida. Então só me resta e posso falar também, Raimundo, da tentativa que fizemos lá no trabalho de assentamentos de Roraima, você foi um dos convocados, inclusive, pelo (?) e nós tentando fazer um trabalho de recuperação naquela área do assentamento de Rondonópolis que tem quase 20 anos e não foi consolidado, no entanto, quando nós começamos a trabalhar a questão da floresta, a questão do manejo nós nos deparamos com um problema seriíssimo que está todo mundo sem reserva, o Marcos teve lá também. No mais eu quero agradecer, não há, sobre hipótese alguma, um rompimento do movimento com as missões de vocês, nós somos apoiadores e estamos a disposição para, inclusive, ajudar vocês em campo, ajudar a implementar essas ações. Agora gostariam de chamar atenção de vocês para que essas ações não fossem isoladas, que elas fossem integradas, hoje tem o sistema do serviço florestal brasileiro que está fazendo esse trabalho, esse esforço em nós mantermos as nossas florestas em pé e de criarmos a possibilidade concreta de inclusão social das nossas comunidades. Então estamos à inteira disposição de vocês e parabéns a vocês pela explanação.

O SR. TASSO AZEVEDO (Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro) – Antes de passar a palavra, só para gente combinar o jogo, deu mais ou menos uma hora e pouco do que tínhamos combinado, então vamos seguir um pouco mais com o debate e vamos tentar ver se a gente consegue fazer as falas um pouco mais curta para dar tempo de ter mais gente falando e mais curta não só um pouquinho menos que o Rubens porque o Rubens... Tipo um terço. (Risos) Nós temos aqui o Vilmar e o Marcos Vinícius e eu pediria que durante a fala do Vilmar e do Marcos Vinícius, todos os outros que quisessem comentar se inscrevessem durante a fala dos dois e aí a gente termina essa rodada e tem o comentário, o retorno tanto do Raimundo, quanto do Aquino e a gente encerraria essa parte com isso. Pode ser? Então, vamos lá. Primeiro o Vilmar e depois Marcos Vinícius.

O SR. VILMAR LOCATELLI (FBOMS) – Em primeiro lugar eu quero parabenizar o Aquino por aquela luta difícil, que a gente conhece muito bem a região e sabe em que pé se assenta mesmo aquela batalha lá naquela região do leste do Pará. É onde há muitos e muitos anos a grilagem dominava aquela região com muita intensidade e o trabalho que está sendo feito lá é muito corajoso, inclusive, quero parabenizar, acho que isso é importante e todos os movimentos social, inclusive, reconhecessem isso. Uma questão que foi levantada, inclusive, já havia discussões a esse respeito e eu gostaria que, se possível, pudesse ser esclarecida aqui: qual seria a relação que o Aquino pudesse falar ou o Raimundo, qual a relação ou parceria que o INCRA tem com as empresas madeireiras na implantação do assentamento? Se existe uma relação? Se tiver um termo de parceria. As empresas que depois posteriormente vão retirar madeira dos lotes dos assentados, daquela possibilidade de pelo menos treze hectares por ano. Se tiver alguma parceria anterior para ajudar a construir estradas para facilitar a criação do assentamento com essas empresa ou não? Isso é importante ser esclarecido aqui e não tenha dúvida porque isso se cometa por fora e é preciso que tenhamos realmente uma resposta para saber o que está acontecendo. Outra questão é em relação à

questão dos planos de desenvolvimento do assentamento, do plano do PDA especificamente. Eu queria entender é quem elabora e quem aprova de fato esse PDA dentro do assentamento para podermos ter uma noção mais clara disso. Obrigado.

O SR. MARCUS VINÍCIUS - Bom, a pergunta já foi feita. Apenas quem aprova e também quem monitora?

O SR. JORGE PINTO (FBOMS) – Gostaria de passar a palavra ao Sérgio Leitão.

O SR. SÉRGIO LEITÃO (GREEPEACE) - Eu só queria fazer um comentário em relação à exposição do Dr. Raimundo que me remete, inclusive, uma fala minha numa reunião anterior desse Conselho quando, salvo engano, se eu estiver errado, por favor, me corrijam, foi externada uma cifra no sentido de que dois terços das ações de reforma agrária hoje no País se concentram na Amazônia e naquele momento eu fiz um comentário, vou te pedir permissão de ocupar seu trono por um segundo e eu fiz um comentário naquela ocasião numa reunião havida no auditório da ANA de que isso remetia há um comentário do **Professor José de Souza Martins** num livro dele chamado “Militarização da Questão Agrária na Amazônia”, onde ele analisando o período do regime militar ele indicava que dois terços da reforma agrária no período de 64 até o final do período militar do Governo Figueiredo se concentrou também na Amazônia e com todos os problemas que isso causou no processo de concentração de terra, no processo de destruição ambiental porque sem qualquer consideração em relação ao período, que não estou fazendo aqui de nenhuma forma subjetiva, mas todo o período de avanço da fronteira agrícola de destruição, de violência tem um marco de coincidência muito forte com isso e isso no leva a colocar um questionamento muito forte do porque nós estamos hoje repetindo esse modelo, estamos hoje repetindo este quadro de termos novamente dois terços das ações de reforma agrária se concentrando na Amazônia e aí quando nós olhamos na apresentação feita a indicação dos óbices e a gente verifica que o óbice principal hoje para que haja a possibilidade dessa desconcentração passa pela decisão que está na mão da Presidência da República que não a adota e não estou questionando porque não adota, mas não a adota concretamente, que é a revisão dos índices de produtividade. E isso depende única e exclusivamente de uma decisão da Presidência da República que foi anunciada na campanha que seria tomada, se alguém verificou no Folha de São Paulo quando houve uma apresentação das plataformas dos dois candidatos o coordenador da campanha disse que iria fazer essa revisão e essa revisão não foi feita até hoje e eu creio que dificilmente ela será, embora eu não queira aqui acertar a minha previsão, mas a função do profeta é só profetizar, não é acertar, já dizia **Glauber Rocha**, mas temos um problema concreto e temos um problema concreto dessa concentração. E aí, Raimundo, quando você fala da imprensa reacionária tem uma famosa frase de um Juiz da Suprema Corte Americana que diz a imprensa não tem que ser justa, ela tem que ser livre, e eu parafraseio essa frase para dizer ela tem, inclusive, que ser reacionária, mas ela tem que ser livre e eu prefiro ela sendo reacionário e fazendo esse debate sobre o que está acontecendo na Amazônia hoje do que a gente estabelecer qualquer tipo de controle, até porque nesta face atual de matérias, quem viu a matéria da Revista Exame sobrou até para o Greenpeace quando a gente não fez a crítica que a revista queria que a gente fizesse, a gente ressaltou os assentados e dissemos que havia problemas sim na ação de governo, mas ressaltamos os assentados, mas como eles seriam os criminalizáveis da vez a matéria também nos dava *dejur*, uma crítica em igual nível a que fez em relação ao Governo. Então, eu queria só te pontuar que nós temos um debate para fazer, um debate muito complexo e difícil porque não é possível imaginar que nós vamos ter a região amazônica hoje como uma única responsável como atendimento das metas de reforma agrária do governo, ou seja, toda prestação de contas que a Governo faz hoje em relação ao atendimento as suas metas de reforma agrária tem a Amazônia como sua base única de prestação de contas, pelo único e exclusivo motivo que é impossível fazer em outro lugar porque não há terras aptas a serem declaradas como improdutivas para fins de desapropriação no centro sul, centro-oeste ou no sudeste ou sul do País e aí, o que fazer? Toda aquela discussão que tínhamos nos anos 70 da Amazônia como uma espécie, vou usar uma palavra aqui e não sei se será muito dura, mas como uma espécie de refugio, como desafogo da questão social no Brasil está repostada hoje inteiramente. E isso, naquela ocasião, eu disse isso e repito agora: esse Governo não é radicalmente diferente do Governo anterior, como também não é radicalmente diferente do Governo dos anos 70, ou seja, há um intransitivo no sentido de consideração da Amazônia como uma espécie de área de desafogo da questão social que precisamos debater é essa é a questão central desse debate afastando os reacionarismos da mídia, afastando considerações mais pesadas ou menos pesadas que façam qualquer organização, sejam daquelas que estão aqui presentes, sejam daquelas que já se manifestaram, mas nós temos um debate concreto para fazer e se a gente não o fizer nos vamos estar assumindo e vai recair sobre este Governo, sobre a gestão do Incra responsabilidade por ter dado um passo muito perigoso naquilo que foi a frase do superintendente Aquino no sentido que podemos estar no linear da besteira ou do acerto e nós estamos exatamente nesse linear, eu temo até que a gente já esteja cruzando o linear entre uma coisa e outra e não é necessariamente no sentido da perfeição. Então eu acho que temos que iniciar, a partir de agora, sem isso daqui ser exatamente o foro para tanto, eu acho que um debate mais, digamos assim, acurado sobre o que está acontecendo hoje na região em função dessa política de reforma agrária que eu não sou contra, mas lembro aquela clássica definição, reforma agrária é quando você distribui a terra que

estava em mãos privadas, nós não temos na Amazônia, a rigor, tecnicamente uma reforma agrária e você sabe disso melhor do que eu, nós temos uma política de colonização e de resgate sim do patrimônio público e nesse sentido o Incra merece todo o nosso aplauso, mas nós estamos longe, muito longe de mudar qualquer definição do mapa de concentração das terras no País. Muito obrigado.

O SR. TASSO AZEVEDO (Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro) – Mais alguém vai querer falar, além dos que estão apontados? Então nós fechamos as inscrições aqui. Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO MANCHINERI (COIAB) – Bom dia. Eu queria fazer um comentário. Primeiro a apresentação que foi feita do Incra em determinado momento demonstra também algumas atividades e avanços importantes com relação à transferência e eu acho que nesse caso e eu não conheço bem todos os programas, mas um dos programas também que tem transferido as populações locais umas condições em que em muitos lugares maiores do que de outros programas, principalmente, não só pela questão dos assentamentos, mas pela infra-estrutura e investimento que foram feitos, que eu acho que isso é o que a gente normalmente espera de um ator como um órgão como o INCRA e outras instâncias que possa levar o benefício a determinados setores para o qual estamos trabalhando e acho que por esse lado eu queria solicitar o Incra por ter essa atitude e estar trabalhando isso. Porém eu acho que o importante também é que esses programas sejam, além de bem estabelecido e bem concreto, ter continuidade disso há longo prazo, que um dos defeitos que temos é devido as mudanças constantes que tem e de fato as comunidades sempre se dão conta que sempre tem alguém novo para fazer tudo de novo; uma reforma agrária, um programa, um plano e etc. e isso acarreta desgastes e também, inclusive, de saídas de pessoas do próprio assentamentos para os centros urbanos em função das dificuldades que se encontram. Eu acho que isso é consequência da demora da implementação das ações, mas que eu acredito que deveria ser feito de maneira bastante contínua e envolvendo, apesar de que já envolve, mas com mais transferência de responsabilidade aos próprios atores que estão sendo assentados. Por outro lado, acredito que com relação à questão das propriedades, a gente tem muita dificuldade mesmo com relação à questão das propriedades e falo da relação Amazônia porque antigamente qualquer um era dono de um pedaço da Amazônia e tranquilo. E hoje eu acho que tem instrumentos jurídicos legais para resolver isso, mas além dos instrumentos jurídicos também vai muito do interesse das instituições que estão trabalhando nesse tema e, principalmente, empoderar as próprias comunidades, no caso aqui tradicionais, para que elas possam sentir-se parte e donas daquele espaço territoriais para que possam desenvolver suas ações. Uma outra questão também que me leva a fazer um comentário é com relação à questão da produção, nós às vezes temos muita gente que produzem bastante e os projetos foram destinados para isso, às vezes, mas ela não encontram mercado adequado e finda passando a intermediário e sendo desvalorizado o seu produto, o seu trabalho, embora que produza com bastante qualidade, mas não tem o benefício de sua produção e ele não sei se o Incra tem visto isso. Então isso seria uma pergunta para o Raimundo e para o companheiro do Santarém para ver se existe porque seria um fator importante para gente ter também uma noção aqui. Era isso e obrigado.

O SR. GLAUBER - Eu queria pedir a palavra para o nosso Diretor Fernando Castanheira.

O SR. FERNANDO CASTANHEIRA (Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal) – Primeiro, quer dizer, eu fico satisfeito por saber que o INCRA está se transformando no órgão modelo nesses últimos quatro anos, pela apresentação a gente está percebendo que tem uma mudança de direção porque o passado do Incra não era tão positivo como é agora, pelo menos, em termo de orientação estratégia na Amazônia com a questão dos assentamentos, a gente parabeniza o INCRA por essa questão da revisão de visão, a gente percebe isso, mas ao mesmo tempo ficamos tristes e o Rubens foi cirúrgico quando mostrou a importância da parceria com setor privado, até para viabilização desses assentamentos não necessariamente de reforma agrária, mas sim de re-apropriação das terras pública na Amazônia, mas que a parceria com o setor privado é absolutamente fundamental porque ele é que vai processar essa madeira e transformar para mercado e nesse sentido as comunidades de base são fundamentais para oferta de matéria-prima para essa cadeia florestal e nisso o que baseou todos apoio do setor privado as concessões públicas, aos Projetos de Lei de Gestão de Florestas de Públicas, a Lei, então todo esse processo veio dentro de uma mudança de ótica, inclusive, do setor de base florestal. Mas toda base também desse processo foi à integração de política e isso para nós era uma outra coisa fundamental. E nos chama, nos causa a impressão especificamente no caso da BR 163, quando do processo de transição, se estabeleceram alguns planos de manejo que deveriam ser objetos de uma avaliação específica nessa transição, o serviço florestal brasileiro assinou esse contrato de transição e para nossa surpresa o INCRA criou o PDS em cima de vários desses planos de manejo. Então aí é na verdade um questionamento perguntando... A apresentação do Raimundo começou a tocar nesse sentido de como é feito os assentamentos e a organização de um PDS e como foi feito isso porque no final acabou criando uma situação *sui generis* de que há uma situação de direito, ou seja, foi feito um contrato pelo órgão público em cima de uma área de plano de manejo, onde existem esses planos de manejo e era de conhecimento

público anterior e foi criado um PDS enorme na região da BR 163, vários, mas que sobrepe essas áreas, então eu gostaria de saber como é feito esse planejamento do Incra para lotação desse PDS, se ele considerou esses planos de manejo e se considerou também essa situação que está colocando o serviço florestal brasileiro numa posição desconfortável frente a questão legal que vai ser posta obviamente pelo setor privado, mas eu queria saber como é feito esse planejamento, quer dizer, há um estudo? Essas populações tradicionais que teoricamente vão ser incorporadas? Há populações tradicionais em cima desses PDS ou vamos trazer de fora? Podem ser consideradas tradicionais? Quer dizer, haja população tradicional para ocupar o tanto de área que estamos criando de assentamentos, então há questionamentos também a respeito disso de como é que nós vamos ocupar essas áreas com desenvolvimento sustentável. Então na verdade é um questionamento de como é feito o planejamento para implantação do PDS, especificamente nessa sobreposição com os contratos de transição?

O SR. MARCELO MARCHESINI (GREENPEACE) – Bom dia, Raimundo. Bom dia, Aquino. E parabéns aí pela apresentação, na verdade, vou só complementar em cima da fala do próprio Raimundo e Aquino fazer algumas perguntas muito parecidas na linha do próprio Vilmar, que ele acabou de fazer. Só lembrando, o que o Sérgio Leitão falou da Revista Exame foi uma matéria, para quem não viu, foi uma matéria que saiu na semana passada muito dura com relação aos assentamentos e ao projeto de política de reforma agrária como sendo um novo vilão da destruição da Amazônia e o viés já era pronto da revista bem específico, algumas ONG's, inclusive, que representa o FBOMS cancelaram esse viés embaixo. Queria lembrar também que em quase todas as entrevistas e repórter e trabalhos que nós publicamos, Raimundo, nós sempre estamos fazendo menção de que o INCRA é um órgão a ser reforçado com o menor peso, obviamente, que a gente sempre ressalta muito mais órgãos de comando e controle como o IBAMA e o próprio MMA, PF, MPF, mas o INCRA sempre entra na nossa lista de reivindicações como órgão a ser fortalecido porque a gente acredita realmente que o primeiro grande problema na Amazônia é o ordenamento fundiário. Agora, Raimundo, você comentou e eu só queria entender um pouco melhor isso, aliás, acho que todos nós, que alguns erros são normais. O INCRA, obviamente, faz parte não só do PAS, mas também do plano de ação e controle e combate ao desmatamento da Amazônia, obviamente que há uma interação já grande nesses últimos três ou quatro com MMA, IBAMA e outros órgão. Nós queríamos entender, o colega acabou de perguntar exatamente, entender melhor isso, sendo esses erros normais e existindo essa integração já entre os órgãos, se ela realmente existe, como podem ter sido criados vários assentamentos em cima de unidade de conservação e terras indígenas? A gente não consegue entender isso porque eu acho que recursos primeiro são escassos, então, não foi criado numa canetada em gabinete, deve ter havido algum trabalho, deve ter havido algum tempo e vai haver outro tempo para desafetar isso ou cancelar a criação das unidades de conservação, que eu acho que é um pouco mais complicado, a gente queria entender um pouco melhor exatamente isso. A segunda vem em torno da política, exatamente que o Vilmar comentou dessa parceria público privado e nós já escutamos na região, a região quando eu digo é BR 163 e transamazônica, que o Incra vê com muito bom olhos e chama até de parceria público/privado essa (?) que está sendo feita entre assentados, Incra e madeireiros. Nós fomos também uma das instituições que chamou, concordou em chamar o INCRA aqui para discutir um pouco porque do ponto de vista florestal, ambiental, florestal e até de manejo nós sabemos que as concessões não serão para todo, elas não estarão aptas para todo o setor florestal. O setor florestal da indústria madeireira, na verdade, na Amazônia hoje, é um setor muito diverso e a maior parte desse setor ainda trabalha na ilegalidade de diferentes níveis. Esse setor ele rapidamente correu já de algum tempo, vou dar um exemplo típico, a **Semex** que fechou, faliu a empresa, a **Semex** lá de Santarém correu para os assentamentos e abasteceram os assentamentos. Então você falou uma coisa que achei muito interessante, que não dá para assentamento ser refém de madeireiro vender pau em pé, que é o que está acontecendo. Vem acontecendo desde 2001 e 2002 e continua acontecendo. O setor madeireiro está em polvorosa, está adorando essa política de criação de assentamentos porque sabe que vai abastecer ali. Só pondo número aqui, gente, a **Semex** comprava árvore de assentado entre 20 a 40 reais a tora, não é nem o metro cúbico. Esse é o preço da árvore em pé; 20 a 40 reais dependia da espécie.

O SR. RUBENS GOMES (FBOMS) – Pagava bem.

O SR. MARCELO MARCHESINI (GREENPEACE) – A tora em pé e isso para cada assentado. Eu também queria entender se licenciamento ambiental, pela forma que você falou parece que o licenciamento ambiental dos assentamentos não sai por causa dos órgãos estaduais do meio ambiente ou do IBAMA que não vão lá ou não dão prosseguimento no processo, ficou parece que entendido isso e eu queria entender se realmente é isso, se o problema não é o INCRA e sim os órgãos ambientais? E quantos projetos de assentamentos estariam licenciados hoje na Amazônia, realmente licenciados? E complementando aqui também o colega, comentar um pouco mais se esses projetos agroextrativista, florestal e desenvolvimento sustentável não exigem um perfil de um assentamento diferenciado, um perfil de assentado que realmente ou ele saiba ou esteja bem claro que ele vai trabalhar com manejo florestal porque realmente vários assentamentos estão sendo criados e você vê madeireiro ali sabendo que foi criado e interessado no

assentamento, no entanto, você não vê assentados com perfil de extrator, extrativista ou ribeirinho ali naquela região e a gente queria entender isso; como é que fica isso? Qual é a política, na verdade, realmente para isso?

O SR. PAULO GARCIA (MP) – Eu queria dar os parabéns pelo professor Sérgio Leitão pela consideração que ele levantou sobre as críticas da mídia. E eu queria fazer uma ligação, apesar de não ter visto a revista, a Exame, mas sobre o que foi falado aqui, que saiu na revista, eu espero lê-lo, mas fazer uma ligação porque eu vi através da mídia, por ocasião do assassinato da irmã Dorothy, um jornalista da Radiobrás, na Voz do Brasil, que eu estava acompanhando, e ele citou o seguinte, falando lá do Pará: “Ó fulano - da Radiobrás - eu estive conversando com muita gente lá da área e eles me falaram o seguinte: ‘que a partir do início dos anos 80, os assentamentos lá da região, que iam muito bem, foram completamente abandonados’. Eu gostaria de saber se o INCRA concorda ou tem algum dado histórico sobre isso. E me parece que essa parceria público-privada pode contribuir com isso porque eu tenho minhas dúvidas quanto ficar somente nas mãos de Governo, as experiências não têm bons exemplos para isso não.” Corroborando com o que eu ouvi sobre esses fatos lá o Pará. Então, eu gostaria de saber se houve isso realmente, que eu sempre quis perguntar a alguém do Incra, e estou vendo essa oportunidade aqui de tirar essa dúvida. E a segunda é que eu não percebi o INCRA ter falado sobre o tal crescimento exponencial do Imposto Territorial Rural, que foi um mecanismo que há muitos e muitos anos atrás, e que tinha para haver esse índice de produtividade que... Quer dizer, deve somar. E se esse mecanismo ter funcionado, se não tem funcionado, por quê? É uma questão de Receita Federal chegar e cobrar se a terra não produz o imposto cresce exponencialmente, aí o proprietário tem que sair fora. Ele vai ficar pagando uma montanha de dinheiro sem produzir nada para compensar o imposto que tem que pagar. Então, esse mecanismo tem fechado?

O SR. PEDRO AQUINO (INCRA) – Primeiro, eu quero agradecer a solidariedade apresentada aqui por todos e dizer o seguinte: nós temos que... Se for olhar a reforma agrária na Amazônia como você olha reforma agrária no restante do País, aí não tem parâmetro, mas se você olhar reforma agrária Amazônia, onde você possa estar discutindo a destinação de áreas para as populações tradicionais e as pessoas excluídas que lá existem, você pegar o patrimônio público e destinar para essas pessoas, aí nós começamos a fazer um debate diferenciado, mas que se colocar na hora que se discutir reforma agrária, tem que discutir reforma agrária amazônica, não pode ser vista com os mesmos olhos, com os mesmos critérios, da mesma forma como é vista reforma agrária no restante do País, de jeito nenhum, porque lá tem elementos, tem água; reforma agrária na Amazônia tem água, tem floresta, tem terra, tem animais, tem gente; reforma agrária tem outros elementos que provavelmente nos outros lugares do País não têm, e aí não dá para você fazer a mensuração das coisas da mesma forma. Vamos pegar aqui... O Locatelli estava me perguntando sobre o início da gleba Nova Olinda. Fazer reforma agrária na Nova Olinda, se você olhar do ponto de vista de reforma agrária nos outros lugares, não precisa. Mas se você olhar a partir do ponto de vista das comunidades tradicionais, da necessidade de você garantir o direito de uso legal das áreas, é preciso e é urgente. Então, eu acho que tem que ter esse olhar. Quando se tratar de reforma agrária para a Amazônia, ela tem que ter um outro tom. E é isso que eu acho que precisa ser construído, tanto dentro do movimento social quanto dentro do Governo. Na hora em que vai discutir que diferença tem de uma pessoa que está lá na gleba Nova Olinda, há 14 horas de barco de Santarém para um acampado do MCT numa lona na beira da estrada. Se você for olhar, os dois estão excluídos socialmente de qualquer política pública e, às vezes, o daqui em melhor condição, porque está próximo dos centros para atendimentos e uma série de coisas. Então, eu acho que tem que fazer essa leitura. Não dá para pegar o mesmo conceito de reforma agrária para Amazônia igualmente do restante do País. Eu acho que tem que ser discutida reforma agrária para a Amazônia, como é que é isso. Muitas das coisas que estão feitas lá precisam de contribuição de muita gente. E nós estamos abertos para parcerias, para discussão, para o debate. Nós já fizemos algumas com o Greenpeace, pontuais, e com outras instituições e estamos abertos para esse debate. Não tem nenhum problema. Pelo contrário, precisa que estejam presentes. Não queremos e nem temos condições de sermos os donos da verdade, e com eu disse, tem muitos elementos que estão em debate e elementos que nós não temos o domínio. Com relação às terras, qual o critério que nós utilizamos? Foi o da destinação de terra pública mesmo. É terra pública? Destina. Se depois aparecer algum direito, nós vamos ajustando, mas o primeiro passo é destinar; se não aparecer o direito posterior, já foi, está destinado, é terra pública. O que é público é preferencialmente para atender as políticas públicas. Então, é esse o critério que nós utilizamos lá. Então, no caso dos planos de manejo, agora tem alguns aqui que nós estamos reajustando. Hoje, como disse o Raimundo, saíram já cinco portarias de exclusão dessas áreas. Se apareceu um título lá e ele for bom, nós excluímos, mas não vamos primeiro atrás do direito privado para depois correr atrás do direito público. Nós só invertermos a ordem: primeiro o direito público, depois o privado. E cabe ao privado provar que ele tem direito. Não o público correr atrás... No Incra tinha uma prática nesse sentido: “Não pode mexer porque tem um título do seu fulano, não sei o quê?” Sem saber se o título do cara prestava ou não; se era verdadeiro ou falso. E cabe ao Incra provar se o título do cara era bom ou era falso. Agora ele que se vire para provar. Primeiro é interesse público. Com relação à criação dos assentamentos lá e as parcerias que podem estar existindo, que possam vir a existir, é o seguinte: nós

estamos falando, quando nós falamos de projetos de desenvolvimento sustentável, só na superintendência de Santarém, nós estamos falando de 2.400 milhões hectares de floresta. Nós estamos falando disso. Então, nós não estamos falando de uma experiência localizada, nós estamos falando de política em massa. Então, o que ocorre? É que as únicas áreas legalizadas na Amazônia hoje são os assentamentos. Então, a pressão de quem precisa do recurso florestal está em cima dessas áreas, e as comunidades estão recebendo uma pressão muito grande e nós sem condições de atender ou de dizer: "Nós vamos estar aqui bancando isso, bancando aquilo, garantido a infra-estrutura nessas áreas. Então, nós não temos nenhuma parceria oficial fechada com ninguém. E o que nós fizemos? Pedimos que as comunidades apresentassem porque o que não tinha de direito, mas tinha de fato lá embaixo até sem o nosso conhecimento. Então, nós pedimos: "Todo mundo formaliza, traz aqui para o Incra, vamos formalizar, até para nós conhecermos e saber com quem nós estávamos lidando e o que estava se passando embaixo. Então, nós pedimos que todo mundo apresentasse, os que já tinham contratos, as bases do contrato e tal para nós termos conhecimento disso. Nós sabemos que existe o movimento, conhecemos e sabemos que existe, porque o ideal seria que nós conseguíssemos ter condições para implementar... É aquilo que eu coloquei no início: nós estamos aqui numa encruzilhada de um grande acerto ou de uma grande besteira. Se nós conseguirmos implementar os projetos de assentamento com infra-estrutura, assistência técnica, fazer a demarcação, os PDAs e tal, nós vamos estar fazendo eu acho que um golaço de placa, mas se nós não conseguirmos, o que acontece? Vão ser ocupados os espaços por quem tem interesse lá na área. Então, vai ser isso. É a lei da física pura e simplesmente que vai estar ocorrendo, se nós não tivermos condições de fazer condições de implementar, colocar infra-estrutura, colocar crédito, colocar assistência técnica, assessoria... E o problema aí é gravíssimo porque tem duas coisas muito graves nessa questão – essa é uma opinião particular minha, não é do Incra - mas que eu consegui detectar lá embaixo, lá nos debates, primeiro, que para ter manejo florestal para os próprios assentados fazerem é preciso que tenha organização, e ela é quase inexistente; segundo, é que é conhecimento, *know-how*; não existe quase nenhum *know-how* no setor público, quase tudo é do setor privado, mesmo os técnicos formados pelas universidades públicas, quando vão assessorar os assentados, estão assessorando as empresas duas vezes por conta da visão que ela tem; e o terceiro é acesso a mercado, é um mercado fechado, é um mercado muito exigente e complicado. Eu acho que nós temos que estar aqui encontrando um meio termo. Nós estamos com uma experiência o que tem hoje de manejo florestal dentro de assentamento oficializado e reconhecido, são lá no Esperança, em Anapu, em parceria com o Pró-Manejo, e no Anta, em Santarém, em parceria com o Pró-Manejo. O do Anapu, até o momento porque foi só com a comunidade, até o momento a comunidade ainda não sabe o que fazer com aquilo lá. Já foi autorizado. Tem 180 hectares autorizados, mas até o momento a comunidade fez que nem o cachorro que acua o carro: na hora em que carro pára, não sabe o que fazer. Foi aprovado o Plano de Manejo, está tudo ok, mas até agora a comunidade não sabe o que fazer. O do Anta é um misto, onde está a empresa e a comunidade. A parte da empresa está andando, mas a comunidade também não sabe o que fazer. E esse anterior à nossa gestão, muito anterior, que é no Moju 1 e 2 **Comaflops(?)**, que tinha uma série de problemas, mas era a única experiência que existia à época. Então, é isso que existe. O restante é que está pipocando em tudo quanto é lugar e nós estamos indo... Em Pacajá, estava todo mundo querendo ir para o PDS lá. Fizemos uma conversa lá para ver quantas empresas estavam interessadas. Apareceram 42, através do sindicato. Monte Alegre, uma outra empresa lá com os assentados, o PDS criado há dois anos e nós sem condições de fazer a demarcação e tudo mais. Então, eu acho que o que tem que feito daqui para frente é um debate dentro do Governo para que nós consigamos implementar as políticas de reforma agrária com essa visão. Eu acho que se nós conseguirmos colocar toda a infra-estrutura necessária, nós vamos estar tendo as condições de estar mostrando um modelo de reforma agrária sustentável, não só para a região, mas para o País e para o mundo, se for o caso, mas precisa que tenhamos as condições. Nas condições atuais, nós não temos governabilidade.

O SR. RAIMUNDO LIMA (INCRA) - Mas veja, eu gostaria de iniciar dizendo primeiro que não se trata de preconceito com o grande, é tanto que quando nós desapropriamos latifúndio improdutivo, nós pagamos o preço de mercado. Uma coisa é nós separarmos a questão da grilagem, da ocupação irregular, descolar isso da questão ambiental, nesse primeiro momento. Então, não existe, por parte do INCRA, nenhum problema com relação às empresas que se fixaram na Amazônia. E fomos extremamente tolerantes com relação à exploração florestal em terras públicas sem nenhuma autorização, algumas griladas e outras ocupadas irregularmente. Primeiro, nós verificamos, ao invés de tratarmos da questão fundiária pura e simples, que aí teríamos que ter entrado com reintegração de posse, esse é dever de ofício, não fizemos, discutimos com o Ministério do Meio Ambiente, discutimos com o IBAMA, discutimos com as lideranças da região, analisamos a questão social e a questão econômica e elas, com certeza, sobrepuseram a questão fundiária, que era o fato de que você tem uma demanda por oferta legal de madeira, uma necessidade... Municípios como de Novo Progresso, com certeza, 90% da renda gerada ali vem do setor madeireiro e precisava encontrar uma forma de transição que possibilitasse as empresas manejar dentro das terras públicas e fizemos. Então, exercitamos aí o princípio da tolerância, com certeza. A questão das parcerias, nós temos que discutirmos e analisarmos bastante, que é a questão da reprodução do capital - o sistema é

capitalista - o cara quer ganhar mais e quer pagar menos para quem tem a matéria-prima. E nós não podemos ter a Amazônia novamente como apenas uma região que oferta matéria-prima. Nós tivemos o ciclo da borracha, tivemos o ciclo da castanha, alguns poucos enriqueceram. Essa riqueza migrou para outras regiões, e as populações continuaram pobres e miseráveis, e nós temos um atraso significativo por conta disso. Então, as parcerias, elas devem existir, mas devem guardar os interesses econômicos das comunidades. Aí nós vamos interferir sim. Se forem preços compatíveis, se for uma relação franca, aberta, transparente, sem nenhum problema... As áreas de assentamento, com certeza, no momento são as áreas onde podem ocorrer oferta legal de madeira, mas não vamos permitir exploração, escravidão daquelas populações. Estamos, inclusive, sugerindo um crédito que possibilite se for três anos que o cidadão tenha que passar lá, sendo mantido pelo Governo; vai ter que ser mantido pelo Governo, mas só vai poder explorar os seus recursos quando ele estiver organizado, capacitado e em condições de colocar isso no mercado. E aí, política de Governo. O Governo é um grande demandante desses produtos: são carteiras escolares, são os móveis e tal. Vamos canalizar para as comunidades que manejam e que agregam valores a esses produtos. E com certeza, nós vamos ter um nicho suficiente para absorver essa produção. Este é o grande desafio nosso: é como compatibilizar dentro desses aspectos para quem não colocou da falta de organização, da falta de conhecimento e dos madeireiros ali em cima querendo a madeira, e o cidadão sem condições de sobrevivência e a madeira tem liquidez, é como resolver esses problemas aí de forma que nós possamos ter distribuição de renda e distribuição da riqueza porque senão nós vamos ter... Nós tivemos nos quatro primeiros anos do Governo Lula uma remessa de dólares superior aos oito anos do Fernando Henrique Cardoso; remessa de dólares para o exterior. Alguma coisa está errada. O processo de reconcentração da riqueza aumentou. O desafio nosso é reverter com certeza esse processo. A questão dos assentamentos na Amazônia, na época dos governos militares, até pelo processo de ocupação, a relação era esta: dois terços dos assentamentos brasileiros eram na Amazônia, também para fugir da questão dos custos de desapropriação e também do enfrentamento ao latifúndio, muito embora se tivesse um instrumento fundamental, que era Estatuto da Terra, até hoje muito avançado para a época atual. Hoje é pouco menos que dois terço da nossa meta, que está assentado na Amazônia, mas nós não estamos fazendo a colonização levando gente de outras regiões para lá. Nós estamos, como o Aquino disse, dando a segurança jurídica e fundiária para aquelas famílias que estão lá nas ilhas, os ribeirinhos, as populações tradicionais e fazendo um processo de inversão do êxodo rural porque todas essas famílias que estão sendo selecionadas, a origem delas é rural, em todos os municípios do Pará como em todos os municípios da Amazônia. Eles têm uma origem rural. Eu mesmo nasci na foz do Jurupari, no Seringal Jurupari, no Envira. Então, todos nós, toda essa geração já de filhos de amazônidas tem origem rural. Então, o desafio é nós organizarmos de forma que essas populações possam adquirir o conhecimento e possam manejar a floresta de forma correta e possam tirar os dividendos que essa floresta pode dar, não apenas da exploração dos recursos madeireiros, também dos recursos não madeireiros. E quando eu falava de uma empresa, ela colocou o seguinte: "Eu manejo essa área aí, os assentados vêm aqui para dentro, mas da madeira, nem um centavo. A madeira, nós exploramos e nós vendemos e o dinheiro vem para o nosso caixa. Agora, do recurso não madeireiro, nós organizamos aí, ajudamos a colocar no mercado e tal." Essa não é uma proposta o que Incra vai endossar de forma nenhuma e é por isso que nós vamos contratar mais cem engenheiros florestais e outros profissionais também que vão trabalhar nessa área. E a proposta de nós termos um crédito instalação por um período mais longo e um financiamento que possa acobertar todas essas atividades de forma bem subsidiada. A questão dos índices de produtividade, esses vão ajudar muito você deslocar reforma agrária para as demais regiões, intensificar mais no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste. 60% dos imóveis estariam incluídos para a desapropriação, seria um passivo de desapropriação. O nosso trabalho nós fizemos: fizemos uma revisão, o Ministro assinou e está com o Presidente da República, e tem recebido muitas pressões da bancada ruralista e da maior parte do Congresso Nacional para não assinar. As últimas reuniões que nós tivemos, o Presidente nos garantiu que vai assinar, que vai publicar dos novos índices de produtividade. Isso vai nos ajudar muito, mas não vai deixar de ocorrer assentamentos na Amazônia. As demandas que nós temos na Amazônia, nós vamos continuar atendendo... Até porque se nós fazemos essa discussão com o MCT da Amazônia, com a Fetagre, com todos os movimentos sociais, nós vamos verificar que a pressão por terra é grande e que o principal item da pauta deles, e podemos observar que esse é o mês da entrega das pautas do MCT, da Fetagre, Fetrafe e do MLCT, do MTL, é a questão da terra. Só que nós temos que fazer isso de forma que não gere desmatamento. Eu pelo menos sou contra dessa parceria com empresas quando se colocar esse quantitativo de desmatar três hectares por ano. Nós temos que ter o crédito sim e as condições que ele se mantenha até que o manejo florestal dos recursos madeireiros e não madeireiros dê retorno para ele sem que ele tenha que desmatar. E aí eu não concordo com nenhum hectare. Nisso eu sou bastante... Não existe necessidade, a não ser para a implantação das casas e da infra-estrutura mínima que ele necessita lá. Ele não vai ganhar dinheiro com a lavoura branca, com agricultura, ele não vai ganhar dinheiro com a pecuária. Esse modelo, nós já experimentamos, e ele não é sustentável do ponto de vista nem ambiental e muito menos econômico. Esse debate, como propôs o Sérgio, ele é salutar e devemos fazer e temos que intensificar esse processo mesmo lá na região com todo mundo para que nós encontremos saídas para essa questão da reforma agrária na Amazônia, sem que ela possa trazer devastação. Eu lembro que em 93,

quando eu era superintendente do Acre, nós fizemos o Seminário Reforma Agrária e Meio Ambiente, porque nós colocávamos que se você assenta 30 mil - naquela época era 30 mil – assentados na Amazônia e cada um desmata três mil por ano, e aí é uma sequência de anos, a Floresta Amazônica, em pouco tempo estaria dizimada. Com relação à desconcentração da terra, os maiores latifúndios do País foram incorporados no Programa de Reforma Agrária, ou por desapropriação ou por compra. Eu cito alguns casos aqui: Maíza, no Nordeste; Cantende, o maior grupo de usinas que nós tínhamos; Bordolândia, Itamaraty - é do rei de soja -, Itamaraty I e II, todas elas foram desapropriadas; Mandaguari, também no Mato Grosso. Todos os grandes imóveis improdutivos no Centro-Oeste, na região Sul e Sudeste que cumpriam a função social foram desapropriados. E muitos dos que cumpriam, nós negociamos, pagamos preço de mercado e hoje estão nas mãos dos nossos assentados. O Sebastião coloca a questão da participação dos atores, e tem que ter, e também a questão da comercialização da produção, e o Ministério da Agricultura criou um programa, através da CONAB, que é a compra antecipada desses produtos, que ocorreu exatamente dentro dos assentamentos e também nos acampamentos do MCT. Então, essa compra foi feita de forma antecipada e paga e, portanto, essa política de garantia da produção do pequeno produtor rural. Com relação ao que o Vilmar colocou, eu acredito que o Aquino já respondeu, mas a questão do PDA, ele é elaborado por entidades ligadas aos movimentos sociais: o MCT indica, a Fetagre indica, o MLCT, todo mundo indica. O que nós estamos fazendo? Aí responde também a pergunta do Marcos Vinicius. Nós estamos discutindo com as universidades e com a Embrapa para que uma elabore e a outra monitore, porque são instituições que detêm saber, que dominam a tecnologia e que têm todas as condições de fazer essa discussão com os assentados e encontrar formas de desenvolvimento desses assentamentos. Então, nós já marcamos uma reunião com o Clube de Reitores, aqui em Brasília, e já estamos discutindo com a direção da Embrapa para uma elabore o PDA, com toda consistência técnica, e a outra possa fazer o monitoramento; e recursos por assentamento são significativos para essas duas instituições. O Incra aprova. Realmente o Incra tem feito todo um esforço para promover as mudanças e para se reestruturar. Nós estamos numa superintendência, que é a de Santarém, que há dois anos era uma unidade. Então, você criar uma superintendência, dar as condições para que ela possa combater a grilagem, que era o maior problema da região, e destinar as terras de forma sustentável é um grande desafio. A criação de assentamentos em unidades de conservação, com relação ao parque, é que na base da unidade de Cachimbo, que foi a unidade que mandou a portaria para criar, aquela terra é do Incra, foi desapropriada. Ainda não estava na base deles que era um parque, mas isso já foi revisto como os demais foram revistos. O importante é ter mais cuidado. É claro que nas demais superintendências isso não tem ocorrido porque a base cartográfica é mais consistente. Lá no Aquino, na superintendência de Santarém, ainda estão montando essa base. Então, houve erros sim e nós assumimos e esses erros poderiam ter sido evitados, com certeza poderiam, mas a pressa e a questão da meta atropelaram um pouco numa superintendência que ainda está em fase de organização. O Marcelo coloca que o grande problema é o ordenamento. E nós temos que discutir o ordenamento, lincando com a questão florestal, com a gestão de florestas públicas, e com certeza não vamos ter antagonismos nesse processo. Temos apenas que ajustar os nossos procedimentos, afinarmos as violas e tocar a vida para frente, separando o que é o espaço da reforma agrária, o que é o espaço para o... E o sistema capitalista permite que os pequenos, os médios e grandes possam viver em harmonia, não tem nenhum problema não. E quando eu digo que os erros são normais é porque eles podem ser revistos e são erros que não vão causar grandes problemas. Quando o Aquino criou assentamentos que incidiram sobre os planos de manejo, é porque alguns planos de manejo estavam... Dizia-se o seguinte: "Ele está na gleba A". Mas quando se plotava, ela estava era na gleba B. Então, houve esse problema, que os planos de manejo não estavam devidamente plotados. Então, a questão do licenciamento, nós já temos solicitado 209 licenciamento de assentamento e 40 já licenciados. Então já é o número significativo e que já feito nessa gestão aonde o próprio setor de meio ambiente, coordenado pelo (?) e pela Eliane, já conta com profissionais e com recursos para avançar nessa área. E a questão dos projetos diferenciados, claro, eles têm que ter um público diferenciado e por isso que a gente busca nesse processo de re-inversão da questão do êxito pessoas com essa característica ou que tenham essa origem. A questão que o Paulo coloca, a reforma agrária também teve seus ciclos no País e nós tivemos um período de meados de 80 até 92 uma paralisação completa do programa de reforma agrária, inclusive, de 88 até 93 não se tinha instrumento sequer para desapropriar e não teve nenhuma ação de combate a grilagem, pelo contrário, nós tivemos foi problema de reconcentração causado pelo próprio Governo. O lado fiscal da reforma agrária foi retirado do Incra e o (?) é progressivo, por exemplo, para os imóveis, as grandes propriedades improdutivas a alíquota é de 20%, ou seja, com cinco anos a Receita Federal já pode ingressar com ação de execução fiscal e incorporar esses imóveis ao patrimônio e destinar para reforma agrária ou unidade de conservação e aí o Governo, mas pelo menos está na Lei que seria para a reforma agrária, mas não teria nenhum problema por parte do Incra, nós pudemos destinar também para unidade de conservação. Esse lado fiscal não está mais no Incra e nos tirou aquele poder de entrar na propriedade do cidadão a qualquer momento sem pedir licença e a Receita não tem sido parceira suficiente para com a gente fazer esses trabalhos, nós estamos unificando o sistema para ver se a partir daí a gente avança. Peço desculpas se algumas questões não foram respondidas, procuramos aqui dar uma pincelada geral. Agradecemos e convidamos a todos para que a gente possa ter um foro que discuta melhor essa; o Rubens tem razão, o Sérgio, o Marcelo e

nós temos que realmente discutir porque erramos muito, com certeza temos nossas dificuldades e limitações, mas estamos procurando acertar e contar com a participação de vocês.